

## CRIME BRUMADINHO: REFLEXO DA OMISSÃO DO ESTADO DAS PRIVATIZAÇÕES



“A cidade de Brumadinho foi vítima de um dos maiores crimes socioambientais e de acidente de trabalho da história do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos de mineração, Córrego do Feijão, da empresa Vale. De acordo com os dados oficiais, já são mais de 150 mortes, isso sem falar nas mais de 100 pessoas que estão desaparecidos/sem contato, entre trabalhadores e moradores de Brumadinho. A passagem do mar de lama destruiu o refeitório, um dos prédios da mineradora, casas, sítios, pousadas e outras construções.”

Leia mais na p. 11

### Governo Bolsonaro: o que há de pior na política brasileira

As primeiras semanas de governo do representante do fascismo, Jair Bolsonaro, já deram uma pequena amostra dos imensos ataques que estão por vir. O alvo central dessa investida é, sem dúvidas, a classe operária. Além das medidas adotadas durante o governo golpista de Michel Temer, como a Reforma Trabalhista, Terceirização Irrestrita e congelamento dos gastos públicos, das quais Bolsonaro foi totalmente favorável, o novo presidente anunciou a extinção de vários ministérios, como o do Trabalho; fez promessas de privatizações; redução do aumento do salário mínimo, entre outros.

Leia mais na p.3

### 55 entidades participam da Plenária Nacional Intercategorias

No último dia 2 de fevereiro, foi realizada em Brasília, na sede do Sindicato dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB), a primeira Plenária Nacional Intercategorias, convocada pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT). A atividade contou com a presença de 200 delegados, representantes de 55 entidades, entre sindicatos, federações, centrais sindicais e organizações políticas.

Leia mais na p.7

### Brexit e o futuro da Inglaterra

As recentes notícias sobre a situação do Brexit na Inglaterra parecem indicar um futuro turbulento para a nação que um dia já dominou quase metade do planeta por meio de um império tirânico. Um governo fraco e sem direção, que entra constantemente em crise, sendo o colapso atual o que mais abalou o país nos últimos duzentos anos. Mas, como um Estado que já constituiu uma das maiores potências do planeta chegou a tal situação?

Não é segredo que o impressionante poderio da Inglaterra, tanto militar quanto econômico, derivou da extração material e da exploração brutal de suas colônias, sobretudo na Índia, mas também na África, no extremo Oriente e mesmo na Irlanda.

Leia mais na p.6

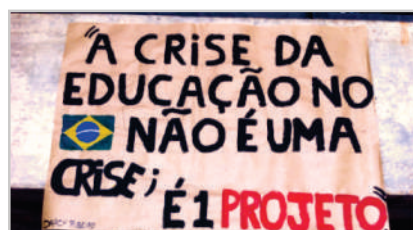
### Às ruas contra a Reforma da Previdência

A aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional é, sem dúvidas, o desafio mais espinhoso e impopular do novo governo. Tal medida deixa a classe trabalhadora em alerta por caracterizar explicitamente as perdas nos direitos relativos à aposentadoria, algo que os trabalhadores vivenciaram amargamente em reformas passadas. Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) criou o fator previdenciário, que prejudicou os novos ingressantes no mercado de trabalho e alterou as regras da aposentadoria (que antes era por tempo de serviço e passou a ser por tempo de contribuição) em desfavor dos trabalhadores.

Leia mais na p.16



Posse de armas:  
mais uma medida para  
agradar ao imperialismo  
p.4



Educação na linha  
de frente dos ataques  
p.8



Governo racista: o que  
está imposto aos negros?  
p.9



Extrema-direita ascende  
ao poder e mais mulheres  
são assassinadas  
p.10

# E o Flávio Bolsonaro?



O crime ocorrido em Brumadinho, no último dia 25 de janeiro, foi o maior crime socioambiental e trabalhista do Brasil, com mais de cem mortes registradas até o momento e outras centenas de desaparecidos. Matou ainda milhares de animais domésticos e destruiu completamente a fauna e a flora do local. Segundo a pesquisa da Fiocruz, publicada no último dia 5 de fevereiro, a população afetada pelo rompimento da barragem ainda corre sérios riscos de sofrer com surto de doenças como leptospirose, dengue, esquistossomose e febre amarela. Isso sem falar nas doenças respiratórias, problemas de hipertensão e transtornos mentais como depressão e ansiedade que deverão aumentar. Obviamente que a gravidade desse crime, de total responsabilidade da empresa Vale, é imensa e merece toda a atenção. Contudo, ainda no mês de janeiro outros escândalos não menos grave assolaram o País. Uma série de acusações de corrupção e de envolvimento da família Bolsonaro com milícias veio à tona, mas foi totalmente secundarizada pela imprensa burguesa.

A primeira acusação envolvia o ex-motorista e assessor da família Bolsonaro, Fabrício Queiroz. Segundo o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Queiroz movimentou R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. O jornal O Globo afirmou ainda que entre 2014 e 2015 outros R\$ 5,8 milhões entraram e saíram da conta do motorista. O dinheiro foi redistribuído ao clã Bolsonaro. Apenas na conta de Flávio Bolsonaro, entre junho e julho de 2017, foram 48 depósitos no valor

de R\$2.000, além de cheques depositados na conta da primeira dama, Michele Bolsonaro, que totalizaram R\$24.000. Tudo indica que Queiroz era um laranja da família.

Após a publicação do relatório pelos meios de comunicação, Queiroz “tomou chá de sumiço”. Quando reapareceu, foi em uma entrevista à rede bandeirantes, em que afirmava que seus rendimentos suspeitos eram frutos de venda de carros e que seu sumiço se devia a um problema de saúde. Tudo muito suspeito. Tal caso tornou-se ainda pior quando, no dia 17 de janeiro, Flávio Bolsonaro, sob a prerrogativa do foro privilegiado, algo tão criticado por todos na família Bolsonaro, pediu a suspensão das apurações, que foi aceite liminarmente pelo ministro Luiz Fux.

## Elo com milícias

Agravando ainda mais a situação, no dia 22 de janeiro, uma operação da Polícia Civil do Rio de

Janeiro tentou prender o capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, conhecido pela alcunha de “Gordinho”, considerado pelo Ministério Público do estado como a maior liderança do “Escritório do Crime”, um dos maiores grupos milicianos do Rio de Janeiro e, ao que tudo indica, com ligações diretas com o assassinato da vereadora carioca do PSOL, Marielle Franco.

“Coincidentemente” a mãe e esposa de “Gordinho” eram lotadas no gabinete de Flávio Bolsonaro. Este, enquanto deputado estadual pelo Rio, chegou a afirmar que Nóbrega e outros policiais, com claros indícios de ligações com grupos milicianos, eram dignos de “menção de louvor e congratulações” por parte dos parlamentares cariocas.

O jornal Folha de São Paulo soltou um infográfico (o famoso “power point”) que mostrava as ligações de toda a família Bolsonaro, a amigos e assessores parlamentares da família, com os policiais envolvidos com grupos milicianos e com a morte de Marielle Franco. Tudo indica que, se pesquisado a fundo, poderá ser constatada a participação do clã Bolsonaro no homicídio da vereadora.

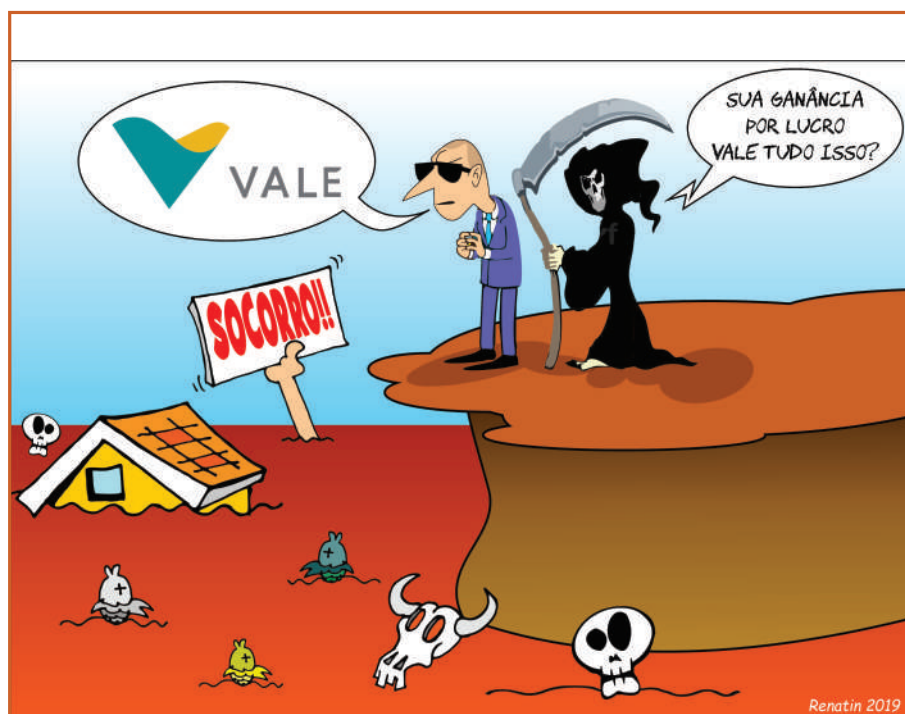
Cabe ressaltar que as milícias são extremamente poderosas no Rio de Janeiro. Segundo o sociólogo e ex-pró-reitor de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), José Cláudio, em entrevista à rede de notícias Publica, “a milícia é o Estado. São formadas pelos próprios agentes do Estado. É um matador, é um miliciano que é deputado, que é vereador. É um miliciano que é Secretário de Meio Ambiente. Sem essa conexão direta com a estrutura do Estado não haveria milícia na atuação que ela tem hoje”.

José Cláudio afirmou ainda que a ligação com políticos, como Flávio Bolsonaro, é comum: “esse vínculo lhe dá poder naquela

comunidade. Ele vai ser chamado agora na comunidade: ‘Olha é o cara que tem um poder junto lá ao Deputado, qualquer coisa a gente resolve, fala com ele, que ele fala com a mãe e com a esposa e elas falam diretamente com o Flávio e isso é resolvido. Cinco décadas de grupo de extermínio resultaram em 70% de votação em Bolsonaro na Baixada”.

O caso de Queiroz estava como uma das principais pautas de imprensa no começo do mês de janeiro. No dia 22, como dito, a ligação da família Bolsonaro com as milícias cariocas se tornou escancarada. E, finalmente, no dia 25 de janeiro, rompeu a barragem de Brumadinho. Esse último caso acabou por “varrer” as investigações em torno dos crimes da família Bolsonaro. Flávio, Queiroz e a turma toda saíram dos holofotes.

Coincidência? É óbvio que não. A direita sempre se utiliza das mazelas da classe operária, mesmo em se tratando de crimes como o ocorrido em Brumadinho, para atacar ainda mais os trabalhadores e fazer “esquecer” os assuntos cruéis e inconcebíveis que envolvem seus agentes de plantão. Não bastasse todo o sofrimento e estrago promovido pela política de privatizações, sendo a Vale o caso mais emblemático (contando com a convivência de integrantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário), o Estado burguês ainda “joga” com o deslocamento da atenção da população, causada pelo crime da Vale, para tentar blindar seus representantes e manter a salvo seus interesses. A burguesia é tanto responsável pelos crimes das mineradoras quanto pelos crimes das milícias que o clã Bolsonaro ora tenta esquivar-se de parceria. Cabe aos segmentos oprimidos da sociedade se organizarem para dar um basta à ganância e mazelas dos senhores do capital e seus lacaios.



Contribua com a  
Imprensa Revolucionária  
**EXPEDIENTE**

Pedro Paulo Pinheiro  
Renato Tavares Pereira  
Sarah Sarmento

Projeto Gráfico:  
Renato Tavares Pereira  
Jornalista Responsável:  
Sarah Sarmento - 3644PB  
Contato: 31 99396 8181  
Editor Geral:  
Pedro Paulo Pinheiro

Imagens: Google

Rua dos Carijós, 141 - S.1104  
Belo Horizonte - MG

www.lutapelosocialismo.org.br

# Governo Bolsonaro: o que há de pior na política brasileira



As primeiras semanas de governo do representante do fascismo, Jair Bolsonaro, já deram uma pequena amostra dos imensos ataques que estão por vir. O alvo central dessa investida é, sem dúvidas, a classe operária. Além das medidas adotadas durante o governo golpista de Michel Temer, como a Reforma Trabalhista, Terceirização Irrestrita e congelamento dos gastos públicos, das quais Bolsonaro foi totalmente favorável, o novo presidente anunciou a extinção de vários ministérios, como o do Trabalho; fez promessas de privatizações; redução do aumento do salário mínimo, entre outros.

Ao justificar o fim do Ministério do Trabalho (MTE), o representante da extrema-direita deixou claro que o motivo era a defesa que tal ministério fazia dos direitos dos trabalhadores: “ela é de recordações aqui que não fazem bem à sociedade. Funcionava como um sindicato do trabalho, e não como o Ministério do Trabalho”, declarou Bolsonaro. O MTE tinha como principais funções a geração de emprego e renda, a fiscalização do trabalho e a política salarial, isso sem falar na organização e tentativa de mediação (estabilidade) da relação entre sindicatos, trabalhadores e empresas. A medida é um primeiro passo para acabar de vez com a Justiça do Trabalho e, principalmente, para dar “carta branca” aos escravocratas.

No dia 1º de janeiro, o novo presidente também fixou o salário mínimo, para 2019, em R\$ 998,00. Tal valor representou uma redução em relação à previsão de Orçamento deixada pelo Congresso Nacional, que previa o mínimo em R\$ 1.006,00. Isso significa que R\$ 6,9 bilhões deixarão de ser injetados na economia brasileira neste ano. A devastação do País por meio da

entrega de suas estatais e riquezas naturais é outro crime anunciado pelo representante do fascismo. De acordo com o novo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, a Eletrobras está no topo da lista para ser entregue. O ministro confirmou que pretende privatizar a Estatal por meio da emissão de ações, que deixará a União como sócia minoritária e, portanto, sem controle sobre a Empresa. Importante destacar que tal operação foi negada pelo Congresso Nacional, em 2018. De acordo com o secretário-geral de Privatizações, Salim Mattar, a Petrobras, a Caixa e o Banco do Brasil deverão ser as únicas empresas que permanecerão como estatais sob o governo Bolsonaro. Mas mesmo essas empresas, segundo Salim, serão reduzidas – ficarão “bem magrinhas” – já que a proposta é entregar as subsidiárias.

## Perseguição aos movimentos sociais

No primeiro dia de governo, Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) nº 870, que, entre outras coisas, determinou o esvaziamento da Funai (Fundação Nacional do Índio), retirando do órgão as funções de demarcação de terras indígenas e licenciamento ambiental (licenciamentos esses que afetem população e áreas indígenas), que passaram a ser tarefas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ligado aos interesses do agronegócio. Cabe ressaltar que são os latifundiários os maiores responsáveis pela invasão de terras indígenas.

O Mapa ficou nas mãos da deputada federal licenciada, Tereza Cristina (DEM-MS), líder da Frente Parlamentar Agropecuária (EPA), mais conhecida como

bancada ruralista. Também chamada de “musa do veneno”, a ministra já anunciou, em entrevista, que o agrotóxico terá “muito espaço” no Brasil, referindo-se ao Projeto de Lei 6299/2002, apelidado como “PL do veneno”, que visa flexibilizar as regras para o consumo de pesticidas. Em seu discurso de posse, algumas semanas antes do maior crime ambiental da história do Brasil – o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG) – Tereza Cristina chegou a afirmar que o País era “modelo” em preservação ambiental.

Ainda sobre o tema, no último dia 2 de janeiro, o governo determinou os Decretos nº 9.667 e 9.673, referente a nova estrutura do Mapa e do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Em uma das alterações, a Funai perdeu o direito inclusive de se manifestar nos processos de licenciamento ambiental. Ou seja, todo o conhecimento técnico e específico referente à diversidade dos povos indígenas e seus territórios, de responsabilidade do órgão, bem como a legislação indígena, serão expurgados do processo de licenciamento.

Outra medida preocupante envolvendo a MP 870 é o “monitoramento” de ONG's pela Secretaria do Governo. De acordo com a medida, a Secretaria encabeçada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz terá a função de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”. Está evidente que os órgãos repressivos irão atuar como nunca contra todo e qualquer tipo de organização social, sindical e política. Não é nenhuma coincidência que tal pasta tenha ficado nas mãos de um general.

A exclusão de menções a LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) entre as atribuições do MMFDH, antigo ministério de Direitos Humanos, foi outra façanha da extrema-direita. Durante a campanha eleitoral, a população LGBTs sofreu várias investidas fascistas, com destaque para manifestações do próprio Bolsonaro. Obviamente que não poderia ser diferente durante o seu mandato.

A escolha da pastora evangélica e ex-assessora do senador Magno Malta (PR-ES), Damares Alves, para presidir a pasta da Mulher não foi por acaso. Dentre as declarações “polêmicas” da

ministra estão as falas contra as mulheres como, por exemplo, que a gravidez “é um problema que dura só nove meses”; que o mais importante da pasta será a questão do estatuto do nascituro e que o padrão ideal de sociedade é com a mulher dentro de casa, sendo sustentada pelo marido. Recentemente, a ministra foi acusada por índios Kamayurá de sequestrar uma criança da aldeia.

## Escândalos de corrupção já atingem família Bolsonaro

Antes mesmo de assumir a Presidência, a máscara dos “paladinos” da ética, moral e bons costumes caiu e a família Bolsonaro foi envolvida em escândalos de corrupção. O filho do presidente, o deputado Flavio Bolsonaro, foi flagrado pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividade Financeira) em movimentação financeira suspeita, envolvendo Fabrício José de Queiroz, seu ex-motorista e segurança. As movimentações bancárias do ex-assessor somaram R\$ 1,2 milhão em um ano e envolviam outros oito funcionários que passaram pelo gabinete do deputado, além de cheques repassados à primeira-dama, Michelle Bolsonaro, no valor de R\$ 24 mil.

Diante de tal escândalo, uma das primeiras medidas do presidente foi transferir o Coaf para o Ministério da Justiça, sob a responsabilidade do juiz Sergio Moro. Na sequência, foi a vez do então presidente do Conselho ser demitido. Quanto ao ex-motorista, até agora nada aconteceu – ele não chegou nem mesmo a depor, valendo-se da velha tática de se esconder por trás de um atestado médico. A defesa de Queiroz pediu, inclusive, que seu depoimento fosse feito por escrito, o que o pouparia de cair em contradições. Não bastasse o escândalo da Coaf, a família Bolsonaro foi denunciada por ligações com as milícias do Rio de Janeiro, inclusive com os suspeitos de assassinar a vereadora Marielle Franco.

Ataques aos dos trabalhadores, morte às minorias, visão retrógrada em relação a posição da mulher no mercado de trabalho, além de corrupção legalizada para a família e partido do presidente. Como se não bastasse, ligação com organizações criminosas de alta periculosidade. Como se vê, Bolsonaro e sua trupe representam o que há de pior na política. Para a classe trabalhadora, o próximo período será de fortes ataques e, conseqüentemente, de intensas lutas.

# Posse de armas: mais uma medida para agradar ao imperialismo



No dia 15 de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, um ávido servil do imperialismo, assinou o decreto que facilita a posse de armas no Brasil. A medida altera o Decreto nº 5.123/2004, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. Longe de ser uma tentativa de armar a população, o Decreto de Bolsonaro não passa de uma guerra comercial para favorecer milícias, grupos de segurança, latifúndio etc. para exterminar o povo preto, pobre e favelado, além, é claro, das mulheres, sem-terra, índios e quilombolas.

A principal mudança em relação à Lei anterior refere-se ao critério de “efetiva necessidade”. Antes, era necessário apresentar uma “justificativa” à Polícia Federal para se ter uma arma de fogo em casa (ficando a decisão a cargo do policial). Já o Decreto de Bolsonaro considera que se enquadram em situação de “efetiva necessidade” aqueles que “residem em área rural” e os moradores de área urbana com “elevados índices de violência”, onde as taxas de homicídios superem 10 crimes por cada 100.000 habitantes, ou seja, todos os estados. Isso sem falar nos titulares ou responsáveis legais de estabelecimentos comerciais ou industriais. Segundo informações dos comerciantes de armas, a Polícia Federal (PF) negava, em média, metade dos pedidos. “Se o interessado usava bom português, tinha uma boa justificativa, ela aceitava. Se não, negava”, afirmou o empresário José Pinheiro Pedrosa, representante da Taurus (mais importante fabricante de armas brasileira) no Rio de Janeiro, ao portal G1.

O Decreto, provavelmente, tornará mais rápido o processo para a compra de uma arma de fogo, o que não significa mudança no caráter classista da questão, pois ele apenas facilitará a ausência de uma fiscalização que nunca foi segura

e imparcial. A avaliação do policial responsável pela decisão sobre a necessidade de o cidadão possuir arma de fogo era subjetiva, feita sob a interferência de preconceitos de classe, racismo e corrupção. Se a nova regra flexibiliza a exigência do documento em que o futuro proprietário informa as razões para a “necessidade efetiva” de adquirir a arma, a regra antiga deixava a decisão nas mãos de uma das polícias mais violenta e corrupta do mundo.

O erro das avaliações moralistas sobre a posse e o porte de armas está em ignorar o caráter classista das decisões tomadas pelo Estado burguês. Está claro que o Decreto facilitará a posse de armas aos proprietários urbanos e rurais, que têm condições de comprá-las, e que poderão, assim, agir com mais violência contra a maioria da classe trabalhadora, que não tem um “bom português”, não possui propriedade, muito menos condições financeiras de comprar uma arma.

Embora o Decreto tenha um impacto populista devido à ampla e hipócrita campanha da direita sobre os problemas da segurança pública, ele reforça a situação atual do privilégio da posse de armas para os grupos com maior poder econômico. Assim, a implicação social da medida vai muito além de uma mera questão da “segurança” ou do “aumento da violência”.

## Privatização até no setor de armas

Na campanha eleitoral, o anúncio de Bolsonaro sobre a flexibilização do uso de armas causou euforia no mercado nacional, fazendo as ações da Taurus terem alta. Porém, um dia após a assinatura do Decreto, essas mesmas ações caíram. Segundo informações do portal InforMoney, a fabricante brasileira chegou a cair em quase 40% após a medida de Bolsonaro.

O que, num primeiro momento, aparece como uma surpresa, é, na verdade, reflexo da guerra comercial do setor. Não por acaso, ainda na campanha eleitoral, Jair Bolsonaro prometeu “quebrar o monopólio da Taurus”, tentando atrair mais empresas do setor privado ao País, modificando a legislação vigente. Recentemente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que foi um forte representante da Bancada da Bala no Congresso Nacional, reforçou a possibilidade de uma abertura do mercado brasileiro de fabricação de armas a fabricantes estrangeiros.

Apenas alguém muito inocente, ou mal intencionado, poderia relacionar o Decreto ao direito de “auto-defesa do cidadão de bem”. O objetivo é, antes de tudo, favorecer empresas estrangeiras e tornar o mercado de armas “atrativo”.

A Forjas Taurus, maior fabricante de armas da América Latina, sediada em São Leopoldo (RS), conta com cerca de 1,8 mil empregados e exporta para mais de 70 países. Trata-se de mais uma forte empresa nacional sob a mira do capital internacional. Desde 1930, a Taurus tem boa parte do seu faturamento atrelado ao monopólio de fornecimento de armas para as diversas instâncias do governo brasileiro. Porém, no último período, quando as Guardas Civis Municipais começaram a ser armadas, abriu-se o caminho para a entrada das fabricantes estrangeiras. Em São Paulo, por intermédio do então prefeito João Doria (PSDB), hoje governador do estado e forte aliado de Bolsonaro, a prefeitura recebeu a doação de 800 pistolas da austríaca Glock para equipar a Guarda Civil Metropolitana (GCM), em substituição das brasileiras Taurus. A “doação” favoreceu a Glock, que passou a vender suas armas para as guardas de todo o Brasil. Junto a isso, intensificou-se a campanha midiática contra a Taurus, cujas armas supostamente apresentaram defeitos.

De acordo com a Folha de SP, desde o final do ano passado, vários fabricantes de armas sinalizaram interesse em produzir no País e viram com bons olhos a eleição de Bolsonaro. A multinacional Ruag, sediada na Suíça, já obteve autorização do Governo para se instalar aqui. Outras marcas, como a Glock (Áustria), CZ

(República Checa) e Caracal (Emirados Árabes Unidos), negociam a vinda para o Brasil.

## As falsas polêmicas da esquerda sobre o Decreto

A flexibilização da posse de armas de fogo é, também, uma jogada simbólica de Bolsonaro. O presidente já sinaliza medidas como a anistia as armas de fogo irregulares, em estudo, e a promessa para flexibilizar também o porte, ainda em 2019. Contudo, o que realmente está em jogo é o aumento de homicídios contra as vítimas de violência doméstica (mulheres e crianças), contra negros, LGBTQs, índios, quilombolas e camponeses, justamente por serem grupos que estão mais vulneráveis aos ataques à classe trabalhadora. O aumento dessa violência cotidiana não pode ser avaliado de maneira descolada da perspectiva classista. A medida de Bolsonaro manterá o privilégio na posse de armas para os detentores do poder econômico e do crime organizado.

Nesse sentido, a discussão moral da esquerda pequeno-burguesa que afirma que o Decreto de Bolsonaro é ruim porque a população não teria “maturidade” para ter armas, acaba reforçando o senso comum da classe média conservadora, de que os trabalhadores devem ser tutelados em relação à decisão sobre o uso de armas, devido a sua suposta incapacidade de “agir racionalmente”. O resultado disso só pode ser o aumento do poder dos que podem ter armas contra os que não podem, a maioria do povo.

Também erram os grupos esquerdistas que, em nome do justo direito da população ao armamento, ignoram o real objetivo do Decreto de Bolsonaro, que promete se aprofundar. Não se trata de armar a população, mas de facilitar a matança da classe operária. O que está em jogo não é a autodefesa, mas a ameaça contra a vida da classe trabalhadora. A luta pelo livre direito ao armamento não pode ser feita sob a chancela do Estado burguês, ainda mais quando ele está sob o controle da extrema-direita, que age para fortalecer os mecanismos de repressão da burguesia contra o povo e suas organizações.

O importante neste momento é esclarecer aos trabalhadores a hipocrisia da campanha em favor da vida e as implicações que ela terá no dia-a-dia dos oprimidos.

# Bolsonaro poderia ter dado um reajuste maior ao salário mínimo? Entenda



Por que o reajuste do salário mínimo, que passou de R\$ 954,00 para R\$ 998,00, ficou abaixo do valor que estava previsto anteriormente, de R\$ 1.006,00? O salário mínimo para 2019 deveria ter compensado as perdas de 2017 (0,10%) e 2018 (0,26%). Somado ao PIB de 1% e previsão de inflação em 2018 (4,2%), feita em agosto, chegaria a R\$ 1.007,00. Entretanto, o governo Temer desconsiderou as perdas de 2017, aplicou um reajuste de 5,2% (1%+4,2%+0,26%) e chegou ao valor de R\$ 1.006,00.

Temer deixou para o novo presidente, Jair Bolsonaro, a definição do novo valor do salário mínimo. Bolsonaro, por sua vez, escolheu uma previsão de inflação menor, feita em dezembro, e ignorou as perdas de 2017 e 2018. Com a redução

(de R\$ 1.006,00 para R\$ 998,00), cada uma das 67 milhões de pessoas (44 milhões de trabalhadores da ativa e 23 milhões de aposentados) perderá R\$ 104,00 por ano. Portanto, neste ano de 2019, deixarão de ser injetados na economia brasileira R\$ 6,9 bilhões.

## Orçamento enviado em agosto previa inflação de 4,2%

No dia 31 de agosto de 2018, o governo de Michel Temer encaminhou ao Congresso a proposta de reajuste do salário mínimo de 2019. O valor proposto era de R\$ 1.006,00. O reajuste do salário mínimo obedece à política de valorização do salário mínimo, instituída por

decreto pelo governo Lula, em 2006, e transformada em lei por Dilma Rousseff, em 2011 – Lei 12.382. Essa fórmula combina o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. Quando o PIB fica negativo, ele não é levado em conta no cálculo e aplica-se apenas o INPC.

Como o reajuste geralmente é definido no último dia do ano, por decreto presidencial, tanto o resultado do PIB quanto do INPC são baseados em previsões do Ministério do Planejamento. Os índices oficiais, entretanto, só são conhecidos em fevereiro do ano seguinte. Assim, se ficar acima ou abaixo da previsão, compensa-se essa margem no reajuste do próximo ano.

O PIB de 2016 foi negativo (-3,5%) e o de 2017 foi de 1%. Em agosto, a previsão de inflação para 2018 era de 4,2%. No entanto, as previsões dos índices dos reajustes de 2017 (6,48%) e de 2018 (1,81%) ficaram abaixo dos índices reais verificados, que deveriam de 6,58% (2017) e 2,07% (2018). Essa perda acumulada é de 0,36%, segundo o Dieese. Assim, o salário mínimo de 2019 deveria compensar essas perdas e ficar em R\$ 1.006,00.

## Reajuste para R\$ 1.006,00

Temer decidiu deixar para o sucessor, Jair Bolsonaro, a assinatura do decreto que reajusta o salário mínimo. Em

dezembro, o Ministério do Planejamento fez nova previsão para a inflação de 2018 e chegou ao índice de 3,6%. Além disso, Bolsonaro não aplicou a compensação para as perdas de 2017 e 2018.

Assim, a conta ficou da seguinte maneira: PIB (1%) + inflação (3,6%) = 4,6% de reajuste em 2019 = R\$ 998,00. Ou seja, uma perda de R\$ 104,00 por ano para o trabalhador e R\$ 6,9 bilhões para a economia. Jair Bolsonaro, portanto, escolheu uma previsão de inflação menor e ignorou as perdas de 2017 e 2018. Se pelo menos aplicasse as compensações, o salário mínimo poderia ser de R\$ 1.001,00.

Isso significa que deixarão de girar R\$ 6,9 bilhões na indústria, comércio e serviços no Brasil, em 2019. Na prática, são menos vendas, menos renda e menos empregos.

Lacaios do imperialismo norte-americano, Bolsonaro e seus asseclas não deixarão passar qualquer medida que possa dar algum ganho real à classe trabalhadora. O próprio presidente, no dia 4 de dezembro, ao defender o aprofundamento da Reforma Trabalhista, afirmou em coletiva à imprensa que “hoje em dia continua muito difícil ser patrão no Brasil”. A medida em relação ao salário mínimo coloca para a classe trabalhadora que os próximos anos serão de intensa luta.

Fonte: SINDADOS-MG

## Irreversível putrefação do sistema capitalista

Em 2008, quando estourou a bolha imobiliária nos Estados Unidos, o mundo capitalista foi à bancarrota. Hoje, mais de uma década depois, a economia mundial não apresenta sinais de recuperação. No centro do império, Estados Unidos, a dívida pública está a poucos dias de alcançar US\$ 22 trilhões, segundo dados do próprio tesouro nacional estadunidense. Em tempos de crise econômica, na história do capitalismo, o endurecimento do regime político é a tônica. Na prática, nos últimos dez anos, isso foi representado pela reascensão do fascismo, morte de governos de conciliação de classes e ataques irrestritos à classe trabalhadora.

O fato é que, pela sua natureza cíclica, a economia capitalista é insustentável no longo prazo. Porém, os “gênios” teóricos do capitalismo estão surpresos com as novas previsões para a economia global, publicada em janeiro pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Enquanto o FMI revisou sua previsão de crescimento de 3,7% para 3,5%, neste ano, e de 3,7% para 3,6%, em 2020, o Banco Mundial afirmou que sua projeção caiu de 3,0% para 2,9%. Embora a percentagem seja mínima, em âmbito mundial, isso significa uma redução de trilhões de dólares nos bolsos dos imperialistas. A diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, em

coletiva à imprensa em Davos, afirmou que apesar de os dados não significarem “que há uma recessão global dobrando a esquina”, é inegável que “o risco de um declínio mais acentuado no crescimento global certamente aumentou”.

Fica claro que mesmo com todo o aprofundamento de regimes de exceção, os ataques aos direitos trabalhistas, em âmbito global, e o aumento do neocolonialismo, que significa exploração econômica do terceiro mundo, o fôlego que ganhou o centro do império, que garantiu uma taxa de crescimento mínimo em 2017 e 2018, já se esvaiu. Isso porque o capitalismo, há muito tempo, é

um regime político-econômico em putrefação. Baseado na exploração do homem pelo homem, de país em país, não há conta que acabe no “zero a zero”. Alguém sempre sairá perdendo. O objetivo é o lucro, não a melhoria das condições de vida. O mundo, após as sucessivas revoluções tecnológicas, tem plena condição de ser autossustentável, com igualdade entre as pessoas e as nações. Porém, enquanto vivermos num regime em que uma casta de parasitas suga o resto da humanidade, viveremos pulando de crise econômica em crise econômica, sem nunca obter igualdade.

# Brexit e o futuro da Inglaterra



As recentes notícias sobre a situação do Brexit na Inglaterra parecem indicar um futuro turbulento para a nação que um dia já dominou quase metade do planeta por meio de um império tirânico. Um governo fraco e sem direção, que entra constantemente em crise, sendo o colapso atual o que mais abalou o país nos últimos duzentos anos. Mas, como um Estado que já constituiu uma das maiores potências do planeta chegou a tal situação?

Não é segredo que o impressionante poderio da Inglaterra, tanto militar quanto econômico, derivou da extração material e da exploração brutal de suas colônias, sobretudo na Índia, mas também na África, no extremo Oriente e mesmo na Irlanda. Esse momento histórico, em que as grandes potências começaram a colonizar politicamente a África e a Ásia e, comercialmente, a América Latina, é chamado de imperialismo.

Quando, no começo da década de 60, a Inglaterra perdeu quase todas as suas posses ultramarinas, seu papel político nos assuntos mundiais também perdeu parte da sua força. Ainda assim, os ingleses conseguiram segurar o prestígio de seu Estado por meio de dois mecanismos: uma parceria com os EUA, que lhe garantiu uma presença estratégica na Guerra Fria; e outra por meio da transformação de seu antigo império colonial em domínio neocolonial, ou seja,

uma dominação mais velada e discreta, ainda que semelhantemente cruel.

O domínio neocolonial é simbolizado pela Commonwealth inglesa (a palavra commonwealth significa, em inglês, algo como uma comunidade que partilha instituições ou valores). Trata-se de uma entidade que reúne grande parte das ex-colônias inglesas com a mesma estrutura simbólica (onde algumas das ex-colônias ainda reconhecem simbolicamente a rainha inglesa como sua soberana). Isso, na prática, significa que as antigas ligações entre metrópole e colônia permaneceram sob uma nova forma, com uma primazia de interesses e companhias inglesas atuando nesses territórios.

## Começo da decadência

O poderio inglês conseguiu manter-se razoavelmente influente até fins do século passado e, de certa forma, até hoje: a Inglaterra faz parte do Conselho de Segurança Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, com a crise do petróleo na década de 70 e as políticas neoliberais de Margaret Thatcher, a economia inglesa se enfraqueceu seriamente, tornando-se um apêndice da bolsa de valores londrina. Esse enfraquecimento inglês ocorreu conjuntamente com o de outras

potências europeias, como a França e a Alemanha. Visando manter e consolidar a sua posição de poder no mundo, os países do continente europeu formaram a União Europeia (UE), um megabloco político e econômico, com capital em Bruxelas, na Bélgica, ao qual os ingleses eventualmente se uniram, sob condições especiais e cheios de privilégios.

Enquanto a economia mundial crescia razoavelmente bem durante o fim da década de 90 e o início dos anos 2000, a situação parecia agradar a todos. Mas, quando a economia mundial entrou em colapso, em 2008, a União Europeia tornou-se a fonte de todo o mal para o público inglês, influenciado por políticos reacionários oportunistas que queriam colocar a culpa em terceiros para livrar a própria pele.

Contudo, não nos esqueçamos: a União Europeia é uma instituição neoliberal supranacional que facilita o movimento e o domínio do capital sobre os indivíduos na Europa. Ela não é “inocente” dos crimes econômicos que devastam o mundo, como pode ser facilmente observado na situação miserável e humilhante dos gregos atualmente. Ainda assim, a situação da Inglaterra deriva mais da sua posição como potência decadente há mais de cinquenta anos, do que das políticas econômicas da União Europeia (UE) em si, que em pouco diferem das políticas locais da Inglaterra.

Quando, em 2016, o então primeiro-ministro, David Cameron, propôs um referendo para decidir se o Reino Unido ficaria ou não na UE, ele o fez na expectativa de que o povo votaria para ficar e ele acabaria com as tensões sobre a questão, ficando numa posição extremamente forte e consolidado no governo inglês.

Mas Cameron “quebrou a cara”, por assim dizer. O povo inglês, cansado de um governo neoliberal que lhe ignora, que via os males deste governo como

consequência da filiação à União Europeia e movido por certo pavor de imigrantes africanos e árabes (que em grande medida só migraram devido às guerras que o governo inglês apoiou), votou para sair da UE. O mandato e a carreira política de Cameron implodiram. Como ninguém esperava o resultado do referendo, não foram feitos planos concretos para sair da UE, algo que nunca aconteceu na história da entidade. Os conservadores, graças a uma coalizão com um minúsculo partido de ultradireita norte-irlandês, conseguiram se manter no poder com o governo de Theresa May, nas eleições de 2017. Acontece que o governo de May é incompetente e não consegue resolver questões pequenas, quanto mais o problema imenso que é o Brexit. Normalmente isso seria uma “deixa” para o Partido Trabalhista (Labour), que tomaria as rédeas e tentaria resolver a questão. Mas tudo que a burguesia inglesa não quer é o partido trabalhista no poder, porque pela primeira vez nos últimos vinte anos, o Partido Trabalhista tem uma liderança forte na figura de Jeremy Corbyn, um social-democrata dedicado que efetivamente quer nacionalizar e socializar uma série de instituições inglesas.

Desta forma, a Inglaterra segue num impasse: sem poder tomar o caminho dos trabalhadores, que poderiam resolver a questão, pois possuem planos concretos e vontade política de realizá-los, nem conseguindo tomar uma posição forte com os conservadores no poder. O povo inglês segue sendo reduzido à miséria e à austeridade brutal, furioso e cansado de seu governo inútil. Esta é a situação da atual Inglaterra, bem inferior a outro momento, em que o temível império inglês subjugou brutalmente o mundo. A esperança é que o povo inglês ponha um basta na situação e resolva tomar as decisões por suas próprias mãos.

## Aprofundam as contradições na Venezuela

No último dia 11 de janeiro o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, João Guaido, se autodeclarou presidente da Venezuela. É como se qualquer legislador da assembleia dos deputados ou Câmara do Senado, sem ser submetido a qualquer processo de escolha pela população, se autodeclarasse presidente do Brasil.

Porém, mesmo se tratando de uma aberração, o imperialismo, oportunista de plantão, e suas

marionetes não tardaram a reconhecer Guaido como presidente. Tal ação é mais uma medida para tentar desestabilizar o governo Maduro. Os presidentes dos Estados Unidos, Brasil, Canadá, Argentina, Colômbia, França, Reino Unido, Alemanha dentre outros, reconheceram Guaido como presidente. Bolívia, México, Rússia, Cuba, China, Turquia e Irã, por sua vez, declararam apoio à Maduro.

O que está colocado em cena é uma internacionalização do conflito na

Venezuela. De um lado, o imperialismo tentando acessar as ricas reservas de petróleo do país. Do outro, aqueles que disputam com os Estados Unidos algum grau de hegemonia internacional.

Maduro, por sua vez, afirmou à agência de notícias da Rússia, RIA Novosti, que estava “disposto a comparecer à mesa de negociações com a oposição, para falar sobre o bem da Venezuela, pela paz e seu futuro”. Contudo, a continuidade de

seu governo depende, necessariamente, que Maduro aprofunde as contradições de classes na Venezuela, abandone práticas de conciliação de classes e dê voz à soberania popular, única maneira de acabar com as opressões do imperialismo. Do contrário, a Venezuela poderá entrar na lista de mais um país que tem seu presidente eleito arrancado do poder, como foi o caso da presidenta Dilma Rousseff (PT).

# 55 entidades participam da Plenária Nacional Intercategorias

No último dia 2 de fevereiro, foi realizada em Brasília, na sede do Sindicato dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB), a primeira Plenária Nacional Intercategorias, convocada pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT). A atividade contou com a presença de 200 delegados, representantes de 55 entidades, entre sindicatos, federações, centrais sindicais e organizações políticas. O objetivo da Plenária, além de discutir a conjuntura política, em especial a situação da classe operária no Brasil, foi tirar encaminhamentos, uma pauta mínima, e um calendário de atividades que unifique as lutas para o próximo período.

Dezenas de sindicatos dos Correios (e oposições), vindos de todas as regiões do Brasil, participaram da atividade, isso sem falar em representantes de outras 25 entidades que estiveram presentes. São elas: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), base do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), base do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA), Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT-BSB), Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas (Fasubra), Federação Interestadual dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (FENADADOS), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Liga Operária, Luta Pelo Socialismo (LPS), Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF), Sindicato dos Bancários de Brasília (Bancários DF), Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural (SINDSASC), diretores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SINDIBEL), Sindicato dos Trabalhadores da Fundação



Universidade de Brasília (SINTFUB), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Fluminense (SINTUFF), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnologia (SINASEFE), Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro AL/SE) e Sindicatos dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação (Processamento de Dados) de Minas Gerais (SINDADOS-MG). O deputado federal eleito, Rogério Correia (PT-MG), também participou da atividade, assumindo o compromisso público de colocar seu mandato à disposição da luta e dos interesses dos trabalhadores.

## Lutar contra a Reforma da Previdência e as privatizações

A atividade foi iniciada com uma homenagem às vítimas do maior crime socioambiental (e de acidente de trabalho) já visto no Brasil, o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em Minas Gerais (Leia mais na pag. 11). Além do debate político em torno das análises de conjuntura, feito pelas forças políticas que compõem a FENTECT e em conjunto com as centrais sindicais e federações presentes na atividade, o debate sobre a Reforma da Previdência ganhou destaque. A apresentação feita pela representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Sarah Campos, expôs os males do modelo de Reforma proposto pelo novo Ministro da Economia, Paulo

Guedes, que representa um aprofundamento do que havia sido apresentado pelo governo de Temer. A palestrante também comparou a proposta de reforma da previdência do governo Bolsonaro com as reformas feitas em outros países e regiões, a exemplo da Europa, México e Portugal, mostrando que o Brasil deverá passar pelas mazelas enfrentadas por tais países.

A questão da privatização foi outro tema de grande destaque. Um dos exemplos usados com bastante propriedade, que dimensiona bem o que representa a privatização para a população, foi o caso da Vale. De acordo com a fala do deputado federal Rogério Correia (PT/MG), que vem lutando para instaurar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) para investigar as mineradoras, essa já é a sexta barragem da mineradora que se rompe em Minas. A entrega da Petrobras e de setores como água, energia e setor social também foi abordada pelo parlamentar.

O debate entre os trabalhadores foi feito de forma ampla, com todos os presentes tendo direito à fala. As propostas apresentadas, e não conflitivas com as exposições da plenária, foram aprovadas, ficando com a comissão de sistematização, composta pelas forças políticas da FENTECT e aberta à incorporação de representantes de demais grupos participantes, a tarefa de agrupá-las e organizar o calendário de lutas.

Nesse sentido, as principais atividades desse calendário de lutas unificado serão: o encontro do dia 20 de fevereiro, na Praça da Sé, em São Paulo, convocado

pelos Centrais sindicais; a atividade nacional do dia 5 de março, em defesa do Ministério do Trabalho e contra a Reforma da Previdência; o dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, e o dia 14 de março, que marca um ano do assassinato de Marielle Franco. Ainda ficou definido uma moção de repúdio contra Vale, exigindo uma punição rigorosa contra a empresa e demais envolvidos pelo crime em Brumadinho e em defesa dos atingidos pelo rompimento da barragem. Por último, a Plenária Intercategorias apontou a necessidade de organização de uma Greve Geral contra a perda de direitos e contra a precarização do trabalho e as reformas do governo de plantão, com a participação de todos os movimentos sociais organizados, proposta que as entidades integrantes da Plenária deverão encaminhar em seus municípios e estados, junto aos movimentos sindical, estudantil e popular e centrais Sindicais.

O objeto da atividade, que era dar um primeiro passo para a construção dessa pauta mínima de luta e ações conjuntas, em defesa das empresas públicas e contra as privatizações, foi realizado com êxito. A unidade dos trabalhadores, na luta, é uma exigência do momento político. A dificuldade do êxito de tal unidade é uma realidade. Portanto, ações como essa serão a tônica do próximo período, dada a sua extrema importância. Esse é o um caminho para organizar as lutas nacionais. Somente essa unidade poderá ser capaz de enfrentar os ataques da direita.

# Educação na linha de frente dos ataques



A educação pública, teoricamente, é um dos direitos mais básicos da classe trabalhadora. Segundo o Art. 205 da Constituição brasileira de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, o que vem sendo colocado, de maneira ainda mais acentuada depois do golpe de Estado de 2016, é a completa destruição da educação pública no Brasil. Em um plano de longo prazo, o que está sendo imposto é a precarização da educação pública com a retirada de investimentos, ao ponto que ela se torne inviável. A Emenda Constitucional (EC) 55, aprovada em 2016, limitou e congelou o teto dos gastos públicos sociais por 20 anos. Num país em que já falta infraestrutura básica em grande parte das escolas e que paga um salário medíocre aos professores, a tendência dos próximos anos é que a situação se deteriore ainda mais.

O fosso entre escola pública e privada só cresce. No final do ano passado, foi aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (a do ensino fundamental tinha sido aprovada em 2017). No novo currículo, apenas Língua Portuguesa e Matemática foram mantidas como disciplinas obrigatórias a serem oferecidas no Ensino Médio. As disciplinas das ciências da natureza e das ciências humanas serão parte de um “itinerário formativo”, que poderá ser feito à distância ou em atividades extra-escolares.

A nova BNCC, além de desempregar milhares de professores de biologia, química, física, história, geografia, sociologia e filosofia, significará evasão escolar e educação de

péssima qualidade para os mais pobres. Além disso, a pesquisa da TIC Domicílios (Tecnologias da Informação e da Comunicação), realizada em 24 de julho de 2018, concluiu que um terço dos domicílios não tem acesso à internet no Brasil, o que, certamente, inviabiliza a educação à distância para alunos das classes baixas.

## Lunáticos no MEC

As pessoas colocadas à frente do Ministério de Educação (MEC) são outro exemplo deste sucateamento programado na educação. O próprio ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi uma indicação controversa do guru da direita conservadora, Olavo de Carvalho, que dentre outras alucinações, já falou que o refrigerante Pepsi é feito de fetos abortados e que o cigarro não faz mal à saúde.

Mostrando que segue bem o seu mestre, em entrevista recente, concedida à Revista Veja, Vélez Rodríguez afirmou que “o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas de hotéis, rouba assentos salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo”. Para o ministro da educação, o brasileiro médio é um animal irracional que não tem nenhum autocontrole e que isso é um problema a ser resolvido nas escolas. Tal afirmação revela apenas o ódio de classe, sem fundamento na realidade, e demonstra o despreparo técnico do ministro em abordar temas relativos à educação nacional.

Para piorar a situação, o MEC soltou uma nota oficial, no dia 31 de janeiro, para atacar o colunista do jornal O Globo, Ancelmo Góis, que criticou a retirada do ar de vídeos em Libras sobre a história de filósofos e economistas como Karl Marx, Friedrich Engels, Antônio Gramsci, Friedrich

Nietzsche e Marilena Chauí da página do Instituto Nacional de Educação para Surdos (Ines). Primeiro, Vélez mentiu ao afirmar que os vídeos foram retirados no governo anterior. Depois, piorou a situação ao tentar explicar que é favorável à pluralidade de ideias, acusando o jornalista do O Globo de ser um “agente treinado no serviço secreto da antiga União Soviética”.

O discurso anticomunista típico da Guerra Fria ganha novo corpo no Brasil, sob a orientação direta de Olavo de Carvalho. Os impropérios característicos do guru de direitistas aloprados agora se manifestam em textos oficiais, como essa nota do ministro colombiano que está à frente de um dos ministérios mais importantes do governo, o MEC. Tudo isso já era uma tragédia anunciada. Bolsonaro foi eleito proferindo falsos discursos, afirmando, sem qualquer fundamento, a existência de um tal “kit gay” e de uma “doutrinação comunista” nas escolas e universidades brasileiras.

Na verdade, os meios de educação ditos oficiais são mecanismos de reprodução das ideias do Estado. Nunca vivemos, no Brasil, um regime socialista, nem nada perto disso. O que existe na educação pública é a reprodução da desigualdade de classes, em favor dos interesses das classes dominantes, que dominam o Estado. Ainda assim, os novos governantes querem destruir qualquer possibilidade de transmissão aberta de privilégios que possam advir da escola e do conhecimento. Parecem lunáticos, mas agem para favorecer o setor privado e para evitar qualquer reação popular contra suas medidas.

## Homeschooling como solução?

Ainda que a educação pública esteja pautada na lógica de interesses classistas, ela é uma conquista histórica da classe trabalhadora. Mais que isso, é onde os filhos do proletariado vão se instruir para não serem completamente embrutecidos pela dura realidade de exploração pelo trabalho. E é justamente acabar com isso que quer o novo ministro da Educação, quando afirmou, em entrevista ao jornal Valor, que a “ideia de universidade para todos não existe [...]”. As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”. Quem seria essa elite intelectual se não os filhos da elite financeira, que tiveram maiores recursos materiais e tempo para se dedicar aos estudos?

Mas não é só da universidade que o governo Bolsonaro quer afastar a classe trabalhadora. Na última semana, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob comando da ministra fundamentalista, Damares Alves, comunicou que redigiu uma primeira versão da Medida Provisória (MP) que irá regulamentar o ensino domiciliar no País. Trata-se de mais um ataque à Constituição, pois, no ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão não reconhecendo o ensino domiciliar de crianças. Para a Corte, não há lei que autorize a medida e não há legislação que regule preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino.

Embora a MP não tenha saído do MEC, a Secretaria de Alfabetização, pasta do Ministério da Educação que trata sobre os primeiros passos das crianças na educação, ocupada por Carlos Francisco de Paula Nadalim, está em sintonia com a medida. Nadalim, formado em direito pela Universidade Estadual de Londrina e proprietário de escola privada, é um entusiasta do Homeschooling, sistema em que as crianças são ensinadas em casa pelos próprios pais ou sob sua responsabilidade direta. Com jornadas de trabalho exaustivas, por vezes dupla, tripla, qual pai ou mãe proletária terá condições de ensinar seus filhos em casa? Mas a motivação de Nadalim é clara, pois ele é autor e vendedor de um e-book, livro virtual, chamado “Como educar seus filhos”, em que se propõe a ensinar a pré-alfabetizar os filhos em casa. Trata-se de mais um mecanismo de privatização da educação e redução do financiamento à educação pública, pois a intenção dos abutres que hoje se encontram no MEC é abrir a possibilidade da educação “em casa” para engordar, com dinheiro público, uma fatia do mercado onde atuam empresas que fornecem apoio didático e que farão acordos com o Estado, através de vouchers e outras práticas.

Ao retirar investimentos e colocar representantes dos interesses privados para gerir a educação e tentar implementar medidas educacionais sem nenhum lastro com a realidade material da maior parte da população brasileira, o governo Bolsonaro acelera a precarização e a desmoralização completa das estruturas da educação pública. Não há possibilidade de ação, por parte da classe trabalhadora, que não seja a mobilização, com greves e nas ruas, em defesa deste direito historicamente conquistado.



# Governo racista: o que está imposto aos negros?



Apesar de o representante do fascismo no Brasil, Jair Bolsonaro, só ter assumido o governo no início deste ano, os ataques racistas de sua campanha eleitoral e de seus seguidores já indicavam o tratamento que será dispensado a essa parcela significativa da classe operária. Sendo representante do racismo institucionalizado, que é perpetrado em todos os âmbitos sociais, Bolsonaro tem várias frases mostrando seu descaso, e mesmo nojo, com os negros e suas pautas sociais.

A população de negros representa a maioria do povo brasileiro, com 54%, e apesar disso, ainda são os mais vulneráveis socialmente: 73,2% dos mais pobres eram negros, patamar que aumentou para 76%, em 2014, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Hoje, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, o Brasil tem 5% de negros na extrema pobreza e 5% na pobreza, enquanto o número de brancos é de 1% em ambas as categorias. A pesquisa informa que três em cada quatro pessoas que estão na parcela dos 10% mais pobres do País são negras.

Os negros também são maioria nas áreas periféricas das cidades. De acordo com a PNAD, 72% dos habitantes das comunidades carentes se declaram negros. O estudo mostra a predominância da população negra em favelas, o que reforça a sua maior vulnerabilidade social – não é à toa que 81% declararam já terem sido discriminados em alguma situação. A dificuldade de acesso dessa população periférica aos serviços básicos, como saneamento e luz, exhibe ainda mais o caráter segregacionista das favelas. Quanto a distribuição de acordo com o

chefe da família, 40,1% das casas são chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas.

O acesso à educação nas periferias é precário, faltam vagas nas escolas e, muitas vezes, as crianças são forçadas a abandonar seus estudos para ajudar no sustento de suas famílias. A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos e 5% entre os brancos. 18% dos adultos brancos possuem curso superior, contra 8% dos negros. A precarização da educação básica nas periferias é outro fator que contribui para que negros em idade acadêmica estejam atrasados. De acordo com os estudos do IBGE, 53,2% deles ainda estão no ensino fundamental e médio. Já os dados da Síntese de Indicadores Sociais mostram que, com as cotas, o número de negros e pardos em idade universitária que entraram numa instituição de ensino superior aumentou. Uma análise das condições de vida da população brasileira, divulgada pelo IBGE, revelou que esse número passou de 5,5%, em 2005, para 12,8%, em 2015. O problema, contudo, não foi resolvido: o número de brancos no mesmo período somava 17,6%, em 2005, e 26,5%, em 2015.

## Desigualdade e repressão policial

Em visita a Manaus (AM), durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que queria dar “carta branca” para que os policiais em serviço matassem e não respondessem a processos. Levando em consideração que isso já ocorre nas periferias e favelas, a fala de Bolsonaro é

praticamente um convite à chacina da população preta e pobre.

A repressão do Estado ao povo negro é latente. Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no estado de São Paulo, os negros morrem três vezes mais do que os brancos por ação policial. No Rio de Janeiro, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, a cada dez mortos, nove são negros ou pardos. No caso do Rio, estado com os maiores aglomerados e favelas do País, foi constatado que 22% dos casos ocorreram em morros ou favelas.

A estrutura do Estado capitalista, que gera desigualdade e falta de oportunidades, contribui para o aumento desses assassinatos. Nos últimos anos, à medida que caem os assassinatos de jovens brancos, aumentam os de negros. Isto é a lógica de perseguição racial do braço armado do Estado contra o povo negro, causando o extermínio dos jovens pretos e periféricos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), um jovem negro morre no Brasil a cada 23 minutos. Já o levantamento feito pelo Fórum de Segurança Pública aponta que 71% dos jovens na faixa de 15 a 29 anos, mortos em homicídios, são negros, o que equivale a 3/4 das mortes. Belo Horizonte está em 11º lugar no ranking de municípios que mais matam negros, a frente de Rio de Janeiro (20º) e São Paulo (27º).

## O mercado de trabalho e as condições de vida

A desigualdade de raça se mantém intensa no mercado de trabalho. Pretos e pardos respondiam por 64,2% dos 13,7 milhões dos desempregados no Brasil. E mesmo quando empregados, o racismo estrutural perdura. Conforme indica dados disponíveis no portal de notícias G1, “os trabalhadores negros ganham cerca de R\$ 1,2 mil a menos que os brancos, em média. Os dados são do 4º trimestre de 2017 e fazem parte da Pnad Trimestral, que disponibiliza informações desde 2012. Os números mostram que, entre 2012 e 2017, não houve nenhuma mudança substancial na diferença de rendimento entre negros e branco”. A discriminação é ainda mais cruel para mulheres. No Brasil, mulheres recebem, em média, 74% do salário de um homem para desempenhar a

mesma função, com o mesmo nível de escolaridade. Quando comparada com um homem branco, a diferença salarial é de 63%. Na prática, isso quer dizer que, se uma mulher negra ganha R\$ 2.000 para um cargo, um homem branco ganha R\$ 3.260,00 para ocupar a mesma posição, sendo que os dois têm o mesmo nível de instrução e a mesma qualificação. A diferença entre salários de uma mulher branca e uma negra é de 24%. Entre aqueles com curso superior, a renda média de um homem negro é de R\$ 4,8 mil (contra R\$ 6,7 mil de um homem branco) e de R\$ 2,9 mil para mulheres negras (contra R\$ 3,8 mil para mulheres brancas).

O coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, em entrevista ao G1, destacou que: “Além da diferença média no salário, há mais trabalhadores negros sem carteira assinada que brancos - 21,8% e 14,7%, respectivamente. A desocupação desagregada por cor de pele também mostra que a taxa das pessoas que se declaram brancas (9,5%) é bem mais baixa que a das que se declaram pretas (14,5%) e pardas (13,6%)”.

O nível de qualidade de vida dos negros está uma década atrasada em relação ao dos brancos, conforme mostra o Programa para o Desenvolvimento da ONU (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). “Nós temos um legado histórico que nunca foi enfrentado”, diz a coordenadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. “São mais de três séculos de escravidão e nós nunca direcionamos, de forma efetiva e consistentes, políticas públicas para tirar essa população negra, que foi escravizada por tanto tempo, dessa situação de vulnerabilidade”, declarou Bueno em entrevista ao G1.

Negros, por sua condição de vulnerabilidade que vem desde o fim da escravidão, são os mais explorados pela sociedade capitalista. Quanto pior as condições as quais são submetidos, maior é a mais-valia que os donos de empresas conseguem obter. A população negra deve se unir e lutar para acabar com as desigualdades sociais que sofre e entender que a luta racial é, na verdade, a luta de classes, que coloca exploradores contra explorados.

# Extrema-direita ascende ao poder e mais mulheres são assassinadas



As mulheres, negros, população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) e movimentos sociais, com destaque para os sem-terra, índios e quilombolas, por serem o elo mais fraco da classe operária, estão sendo cada vez mais atacados. Não por acaso, desde que a onda conservadora, de extrema-direita, começou a ganhar força no Brasil, o número de assassinatos e perseguição contra as “minorias” tem crescido assustadoramente. No caso das mulheres, segundo o Atlas da Violência 2018, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do Governo Federal, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no período de dez anos, entre 2006 e 2016, houve um aumento de 6,4% no número de assassinatos de mulheres – foram 4.030 mortes em 2006, contra 4.645 execuções em 2016.

No caso das mulheres negras, a situação é muito pior, já que além da motivação de gênero, há também a questão racial. Para se ter ideia, o mesmo estudo do Atlas da Violência 2018 mostrou que a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras, que têm uma taxa de 5,3 mortes por grupo de 100 mil, que entre as brancas, cuja taxa é de 3,1 – uma diferença brutal de 71%. Em relação aos dez anos analisados, os assassinatos de mulheres negras aumentaram em 15,4%. De acordo a matéria publicada em junho do ano passado, pelo portal de notícias Agência Brasil, “Em 12 estados, o aumento da taxa de homicídio de mulheres negras foi maior do que 50%, sendo dois deles superior a 100%, Amazonas e Rio Grande do Norte. Em Roraima o aumento de assassinatos de mulheres negras em 10 anos foi de 214%. Goiás apresenta a maior taxa de homicídio de negras, com taxa de 8,5 por grupo de 100 mil. No Pará,

em 2016, foram assassinadas 8,3 mulheres negras para cada grupo de 100 mil e em Pernambuco a taxa ficou em 7,2. São Paulo, Paraná e Piauí têm as menores taxas de homicídio de mulheres negras do país, com 2,4, 2,5 e 3,4 por 100 mil, respectivamente”.

Outro levantamento, feito pelo jornal G1, com base nos dados oficiais referente a 2017, mostra que, em média, 12 mulheres são assassinadas diariamente no Brasil, ou seja, um homicídio a cada duas horas. O número de feminicídio, quando o crime é motivado por questão de gênero, ou seja, a vítima é morta pelo simples fato de ser mulher, deu saltos estratosféricos. Ainda segundo o portal G1, em 2015, foram registrados 495 feminicídios. Em 2016, esse número aumentou em mais de 65%, passando para 812 casos. Já em 2017, foram 134 assassinatos a mais – um total de 946 execuções. Importante destacar que todos esses números são apenas estimativas, não correspondem à totalidade dos acontecimentos, mas apenas aos casos notificados.

Para 2019 o que se espera é o aprofundamento dessa situação. Apenas nas primeiras semanas deste ano (até o dia 03 de fevereiro) 193 mulheres foram mortas ou sofreram tentativas de assassinato por sua condição de gênero no Brasil. Em 34 dias, 126 feminicídios foram consumados e houve outras 67 tentativas com múltiplas vítimas. Os dados foram apresentados pelo professor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), Jefferson Nascimento, com base nos casos repercutidos na imprensa nacional. “Há registros de ocorrências em pelo menos 94 cidades, em 21 estados. Segundo o jornal O Globo, mais da metade dos episódios (55%) ocorreram no fim de semana, entre sexta-feira e domingo”, divulgou o portal Metrôpoles.

O aumento de feminicídios é o resultado prático da campanha de ódio que a extrema-direita vem disseminando contra os setores mais oprimidos da população trabalhadora. Não é coincidência que casos como o da advogada Tatiane Spitzner, assassinada pelo marido por asfixia mecânica (segundo o laudo do exame de necropsia do Instituto Médico-Legal – IML) e jogada pela sacada do apartamento onde morava, após ter sido agredida por mais de 20 minutos, tenha sido cometido por um típico “cidadão do bem”, apoiador do impeachment de Dilma Rousseff e ativista virtual da direita, perfil clássico de um eleitor de Bolsonaro.

## Decreto das armas, mais mulheres mortas

O Decreto do governo federal facilitando a posse de arma é mais um agravante nessa política de massacre das “minorias”. O que, no primeiro momento, poderia aparecer como algo positivo para as mulheres, que teriam meios concretos de se defender do agressor, é, na realidade, mais uma forma de aumentar a matança contra esse setor expressivo, e mais oprimido, da população trabalhadora. Ou seja, longe de oferecer segurança e proteção para as mulheres, negros, índios etc., a medida proposta por Jair Bolsonaro visa armar os setores conservadores, as elites (homens brancos, ricos, latifundiários etc.), que terão mais condições de matar impunemente (ler mais na página 04).

Segundo a Subcoordenadora de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, major Claudia Moraes, 75% das tentativas de feminicídio e 57% das mortes são cometidas por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Isso sem falar que 52% das mortes e

65% das tentativas ocorrem dentro de casa – 47,2% dos homicídios foram por arma de fogo. Em entrevista ao jornal Época, a major, que também é uma das organizadoras do Dossiê Mulher, afirmou que “Em 2017, foram registrados cinco feminicídios e 15 tentativas de feminicídio por mês. A cada cinco tentativas, uma é consumada. Fora as mulheres que ficam em coma, desfiguradas, paraplégicas. 75% das tentativas de feminicídio e 57% das mortes são cometidas por companheiros ou ex-companheiros”.

Não podemos esquecer que muitas mulheres só sobrevivem à tentativa de feminicídio porque a arma usada na violência foi de tipo branca – faca, cordas, as próprias mãos do agressor etc. Agora, de armas nas mãos, os “filhinhos de papai” terão muito mais eficácia. Também não podemos esquecer que as desculpas aumentarão muito. Ao invés de bater na “porta”, no caso das agressões domésticas, o que não faltará serão as armas disparando “sozinhas”.

O levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (no portal Datasus), divulgado no jornal Diário do Centro do Mundo, aponta que “é quase três vezes maior o número de mulheres mortas a tiros, dentro de casa, em comparação ao sexo masculino”. Os homens vitimados por armas de fogo dentro de casa, em 2017, último dado disponível no sistema, corresponde a 10,6% do total. No caso delas, foram 25% de mortes em seus domicílios.

A redução no número de denúncias também será consequência direta do decreto. Mesmo a Lei Maria da Penha e a Lei de Feminicídio tendo sido conquistas importantes para as mulheres, o fato é que tais medidas não asseguram a vida das vítimas, ainda mais no sistema capitalista, onde o Estado burguês atua a todo o momento contra os interesses das massas.

Apenas a luta contra esse regime opressor poderá dar respostas concretas ao problema das mulheres. Por isso, é necessário denunciar cada atrocidade, cada ataque contra os direitos da classe operária, em especial dos setores mais marginalizados, como é o caso das mulheres, buscando fazer evoluir a consciência de classe e a necessidade de lutar em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

# Brumadinho: mais um crime da privatização



A cidade de Brumadinho foi vítima de um dos maiores crimes socioambientais e de acidente de trabalho da história do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos de mineração, Córrego do Feijão, da empresa Vale. De acordo com os dados oficiais, já são mais de 150 mortes, isso sem falar nas mais de 100 pessoas que estão desaparecidas/sem contato, entre trabalhadores e moradores de Brumadinho. A passagem do mar de lama destruiu o refeitório, um dos prédios da mineradora, casas, sítios, pousadas e outras construções. O crime envolvendo a Vale é reflexo direto da política de privatização. A principal empresa estratégica brasileira no ramo da mineração e infraestrutura, uma das maiores empresas de mineração do mundo, foi leiloadada em 1997, durante o governo de Fernando Henrique

Cardoso (PSDB). Esse foi o primeiro crime envolvendo a Vale: a Empresa foi “vendida” por R\$ 3,3 bilhões, quando, na verdade, somente as suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$ 100 bilhões à época.

Em pouco mais de 20 anos, a privatização deixou como resultado os dois maiores crimes ambientais e trabalhista da história do Brasil. Isso porque, além de Córrego do Feijão, a Vale também controlava a barragem de Mariana, no distrito de Bento Rodrigues (MG), que rompeu em 2015. A barragem de Fundão abrigava cerca de 56,6 milhões de m<sup>3</sup> de lama de rejeito e estava sob a responsabilidade da mineradora Samarco, um dos braços da Vale e da BHP Billiton. Esse rompimento despejou 43,7 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos (lama tóxica) e arrasou a cidade, deixando um rastro de

destruição e 19 mortos, além dos milhares de desabrigados. A lama contaminada atingiu afluentes e o Rio Doce, indo de Minas Gerais até o Espírito Santo, atingindo diretamente 11 cidades e vários distritos. Milhares de moradores da região ribeirinha ficaram sem água e sem trabalho. Até hoje, nenhuma medida foi tomada no sentido de punir os responsáveis e as indenizações não foram pagas, escancarando o descaso dos capitalistas. Para o grande capital, as vidas destruídas não significam absolutamente nada, a única preocupação é com o lucro que advém de suas práticas predatórias. Esse novo rompimento, ocorrido no último dia 25, supera o de Mariana no número de mortos e dimensão dos problemas a médio e longo prazo. A lama já atingiu o Rio Paraopeba, que era um dos mais recomendados para pesca, por sua diversidade de fauna, além de ser responsável pelo abastecimento de água de parte de Belo Horizonte, Betim, Contagem e das cidades próximas às suas margens. Além disso, o Rio Paraopeba é um dos principais afluentes do Rio São Francisco, que liga Minas Gerais ao nordeste do País e é responsável pelo abastecimento de água de milhões de casas e fonte de renda de famílias que dependem da pesca e agricultura. São 1 milhão de m<sup>3</sup> de lama e rejeitos químicos que foram lançados de encontro a prédios, casa e a natureza.

Outra questão de extrema importância é o trabalho de busca e ações para evitar maiores danos. Segundo informações do portal Agência Brasil, mais de 400 homens

trabalham no resgate, sendo 220 integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e outros 80 homens que foram deslocados de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Ou seja, apesar de o crime ser de responsabilidade do setor privado, quem está resgatando as vítimas e dando todo suporte são empregados públicos, trabalhadores, que vale salientar, estão com salários atrasados. É o setor público quem está socorrendo o privado os terceirizados. Nenhuma empresa privada está trabalhando no resgate.

No período em que a Vale foi estatal, desde sua fundação, em 1942, até sua privatização, em 1997, nenhum crime ambiental e trabalhista havia sido registrado. De 1997 até agora (primeiro bimestre de 2019) 12 crimes já foram registrados, sendo os de Mariana e Brumadinho que mais nefastas consequências trouxeram aos trabalhadores, à população e ao meio ambiente. O crime socioambiental e trabalhista de Brumadinho nos mostra o quanto prejudicial e criminoso é a política de privatização. As empresas privadas não se importam com as vidas dos trabalhadores que ali residiam. Enquanto o lucro for garantido, ele sempre estará em primeiro plano, e as vidas da população, dos trabalhadores e o meio-ambiente sempre estarão ameaçados.

**Não à privatização!  
Privatização é coisa  
de ladrão e de criminosos!  
Reestatização da Vale e das  
demais estatais privatizadas!**

## Crime de Brumadinho e a Reforma Trabalhista

O crime ambiental de Brumadinho, MG, expôs mais um dos efeitos perversos da Reforma Trabalhista, aprovada pelo governo Temer, em 2017. Em um de seus artigos, a medida determina a redução da indenização por danos morais, o que afetará diretamente as vítimas da tragédia. De acordo com a nova legislação trabalhista, a indenização por danos morais aos trabalhadores vítimas do rompimento da barragem da Vale está limitada pelo valor do salário que cada um recebia atualmente. O artigo 223-G da Lei Nº 13.467, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabeleceu uma gradação para a concessão do dano moral, fixando o teto, para casos

gravíssimos, em 50 salários (usando como base o último salário do trabalhador). Para quem recebia, por exemplo, o salário mínimo (R\$ 998,00), o teto seria de R\$ 49.900,00. Antes, os valores indenizatórios eram definidos pela Justiça do Trabalho, sem limitação de teto, de acordo com o julgamento dos magistrados.

Até agora, a maioria dos mortos do crime de Brumadinho são trabalhadores diretos ou terceirizados da Empresa, o que o configura como um crime trabalhista, além de socioambiental. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, “esse evento

configurou um dos maiores e mais graves acidentes de trabalho do País. Portanto, há uma responsabilidade trabalhista que deve ser investigada e configurada”. A Anamatra, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra esse teto, alerta que ele causará injustiças. Ainda de acordo com Feliciano, “a regra fere o princípio da dignidade humana, a independência do magistrado para fixar indenizações em relação a casos concretos e a isonomia, por medir as pessoas por seu salário”. Ou seja, quanto menor o salário do trabalhador, vítima de um “acidente” sofrido no exercício da função, menor o direito da sua família em ser indenizada.

Há, ainda, os casos dos moradores das regiões atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho cujos processos não serão caracterizados como acidente de trabalho, pois não eram empregados da Vale nem familiar deles, correrão pela justiça comum e não terão, pela lei, limites em suas indenizações. Ao que tudo indica, vítimas de um mesmo acidente poderão ser indenizadas de forma diferente.

No capitalismo, o lucro se sobrepõe à vida. A ideia do Estado mínimo significa o total abandono do povo, cujos impostos pagos com o suor de seu trabalho são dragados pela burguesia parasitária.

## Mais crimes à vista

Pelo menos 500 moradores das comunidades de Socorro, Tabuleiro e Piteiras, em Barão de Cocais/MG, tiveram que ser retirados de suas casas após a Vale tocar as sirenes que alertam para o perigo de rompimento de barragem. Segundo a mineradora, foi iniciado o plano de evacuação nível 1, porém, a prefeitura desmentiu a informação e disse que a Agência Nacional de

Mineração (ANM) ampliou o risco para nível 2, mais próxima da possibilidade de rompimento.

Há ainda a ameaça de rompimento da barragem de rejeito nuclear em Caldas (MG). A estrutura pertence a uma mina de exploração de urânio, desativada em 1995, de responsabilidade da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

# 1959/2019 - 60 anos da Revolução Cubana



No dia 01 de janeiro de 1959, entravam triunfantes em Havana os revolucionários que levaram adiante o fim da exploração capitalista em Cuba. A Revolução Cubana foi uma ruptura radical com as ideias das classes dominantes, bem como com suas formas tradicionais de se pensar e fazer política.

A partir de sua independência, em 1898, Cuba se tornou um Estado à mercê dos interesses estadunidenses, que viam a ilha como uma mera área de lazer. A economia cubana e, dialeticamente, sua política eram totalmente atreladas à política externa dos Estados Unidos, que não se furtaram de intervir militarmente na ilha em diversas ocasiões.

Após uma longa preparação e treinamento no México, os revolucionários cubanos compraram o barco Granma para retornar à ilha e integrar a luta contra o governo de Fulgêncio Batista. Em 2 de dezembro de 1956, vindos do México, 82 rebeldes desembarcaram em Cuba, mas apenas 20 sobreviveram ao primeiro embate com as forças da ditadura. Estes remanescentes constituiriam a base do Exército Revolucionário e, ao longo da luta, elaboraram um novo método de tomada do poder, teorizado posteriormente: a guerra de guerrilhas e o foquismo. Em contato com a dura realidade do campesinato cubano e em inferioridade material frente às forças da repressão, os revolucionários construíram um profundo laço com a população rural historicamente oprimida. Com esse apoio, foram capazes de ganhar posições e paulatinamente derrotar o governo.

A partir da revolução, Cuba conquistou diversas vitórias e avanços para a sua população: a erradicação do analfabetismo, acesso universal à educação, o

melhor sistema de saúde pública das Américas, eliminação da pobreza extrema, fortalecimento da soberania nacional e da solidariedade internacional, são alguns desses fatores, que só puderam ser levados adiante pela constituição do primeiro Estado socialista da América Latina. Desde então, Cuba se tornou um importante símbolo de resistência anti-imperialista e um exemplo de que um outro mundo realmente solidário e igualitário é possível.

## Grandes nomes da Revolução

Nascido em 13 de agosto de 1926, Fidel Alejandro Castro Ruz foi o líder máximo da Revolução Cubana. Ideólogo do ataque ao Quartel Moncada, da volta à Cuba a bordo do navio Granma e líder do governo de Cuba entre 1959 e 2011, o revolucionário teve a responsabilidade de construir a primeira república socialista revolucionária na América. Sua figura causava “calafrios” no imperialismo estadunidense que, por medo de seu ideário político, organizou nada menos que 638 tentativas documentadas de o assassinar. Conhecido pelos longuíssimos discursos, foi um agitador e propagandista histórico da causa socialista na América Latina e no mundo. Mesmo com todos os problemas inerentes ao bloqueio que sofreu Cuba desde a Revolução, a ilha manteve a acessibilidade à educação, saúde e segurança pública por parte da sua população. Morreu de causas naturais, em 25 de novembro de 2016.

O guerrilheiro e médico argentino, Ernesto Guevara de la Serna, mais conhecido pela alcunha “Che”, Foi um dos principais ideólogos e combatentes da Revolução Cubana. Embora o movimento guerrilheiro tenha sido feito na prática, foi Guevara que

sistematizou e escreveu sobre a experiência histórica da guerrilha cubana. Dono de um espírito indomável, a experiência em Cuba não foi o suficiente para saciar seu ímpeto revolucionário. Partiu de Cuba para experiências na África e na Bolívia, onde o método utilizado em Cuba não possuiu o mesmo grau de acerto. Ainda assim, Che simboliza a resistência e a solidariedade necessária para a luta contra o imperialismo. Assassinado em 9 de outubro de 1967, seus ideais não morreram, sendo sua imagem, ainda hoje, uma referência aos vários movimentos revolucionários ao redor do mundo.

Camilo Cifuegos Gorriarán, nascido em 6 de fevereiro de 1932, foi um dos líderes da Revolução Cubana. Sua vida é marcada pela participação política, tendo ingressado em 1948 em lutas populares contra o aumento de passagens de ônibus. Em 1955, foi ferido à bala pela sua participação em uma manifestação política, o que lhe rendeu ser fichado como comunista. A partir de então, sofreu perseguição política, que lhe impedia de conseguir empregos na ilha. Exilado em 1956, se juntou a Fidel Castro e Che Guevara, no México, de onde partiu a bordo do navio Granma, que levou os primeiros 81 revolucionários à Cuba. Sua bravura, coragem, alegria e franqueza no movimento guerrilheiro lhe rendeu as alcunhas de “O Herói de Yaguajay” e o “Senhor da Vanguarda”. Morreu em 28 de outubro de 1959, em um acidente aéreo.

Raul Castro é o mais jovem dentre os três irmãos de Fidel. Nascido em 3 de junho de 1931, foi estudante de Ciências Sociais e era um socialista convicto, mesmo antes do movimento revolucionário, sendo militante, durante a juventude, do Partido Socialista Popular em Cuba. Foi um dos integrantes do Movimento Revolucionário 26 de julho, que tentou tomar de assalto o Quartel Moncada. Depois de 22 meses na prisão, foi exilado junto a Fidel, enviado ao México. Atribui-se a Raul ter introduzido Che Guevara ao círculo revolucionário que levou adiante a revolução cubana. Além disso, ele manteve ligações com agentes da KGB, polícia secreta soviética, antes e depois da revolução. Foi um importante líder militar e revolucionário e ocupou o cargo de ministro da Defesa entre 1959 e 2008. Atualmente, é o comandante de

Cuba, sucedendo seu irmão Fidel em 2011.

## Filiação cubana ao marxismo

A Revolução Cubana declarou o seu caráter socialista em abril de 1961 após meses de conflito com as autoridades estadunidenses e da agressão imperialista na Baía dos Porcos. Desde então os cubanos se aproximaram do marxismo-leninismo como corrente ideológica orientadora do processo revolucionário. Elaborada por meio da prática frente aos problemas cotidianos, a experiência cubana apresentou inicialmente um alto grau de flexibilidade e experimentação ideológica dentro do campo socialista, embora tenha se aproximado da ortodoxia soviética nos anos 1970. Entre as contribuições cubanas ao marxismo e aos partidos comunistas está a reavaliação do papel do nacionalismo como força revolucionária, ignorado na América Latina até os anos 1960; o papel das condições locais e nacionais na luta revolucionária; a tomada imediata do poder pelas armas e pela mobilização massiva, contrariando as diretrizes etapistas conferidas aos partidos comunistas; a possibilidade da criação de condições objetivas para a tomada do poder; o internacionalismo revolucionário e o apoio às lutas de libertação nacional no chamado Terceiro Mundo. Assim, a Revolução Cubana, à sua forma é atenta às suas próprias condições, aplicou a teoria marxista na prática.

Infelizmente, após seis décadas de cerco imperialista, localizada nas barbas dos Estados Unidos, em 2018 Cuba promulgou nova constituição. Dentre outras capitulações, o anteprojeto de reforma constitucional acrescentou o reconhecimento do papel do mercado capitalista na economia e o reconhecimento da existência da propriedade privada. Cabe ressaltar que, ainda assim, o texto constitucional manterá como princípio essencial a propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção. Que o aniversário de 60 anos da revolução, que demonstrou ser possível lutar por uma sociedade justa, solidária e igualitária, reascenda em Cuba e no mundo o fogo necessário para a luta pela construção de uma nova sociedade.

# “Tudo isso poderia ter sido evitado se o lobby das mineradoras não tivesse atuado”



O Jornal Gazeta Operária (JGO) entrevistou o coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Pablo Dias, sobre o crime da Vale – o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

**Jornal Gazeta Operária (JGO):** O recente rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), já deixa um rastro de mais de 100 mortes, o que o coloca como o maior crime ambiental e social da história do Brasil. Qual a situação atual das vítimas e famílias? Como tem sido a atuação da Vale?

**Pablo Dias:** Ainda não dá para dimensionar necessariamente o tamanho do impacto ambiental e de todo o impacto social. Mas, sem dúvidas, é o maior crime com perda de vidas humanas da história do Brasil. A gente tem dito que é um massacre e, de fato, é um massacre porque são mais de cem mortes (121 contabilizadas só até o último dia 3 de fevereiro), e cerca de 350 desaparecidos, o que é, disparado, o maior crime contra as vidas humanas. É necessário acompanhar, monitorar e avaliar os impactos socioambientais, mas sem dúvidas, é um dos maiores, comparado a Mariana, mas existe um elemento que é muito preocupante que é a dimensão do rompimento. Se a lama continuar descendo, ela vai passar e cair no Rio São Francisco e, do local do rompimento até a foz do Rio São Francisco, são 2100 km de rio, o que causaria

problemas sociais de acesso à água, problema de acesso à plantação, mortalidade de peixes e pescadores que vão deixar de ter acesso a renda etc., o que causaria danos sociais e ambientais gigantescos e, provavelmente, ultrapassaria em largas proporções o crime da Samarco-Vale-BHP no Rio Doce.

**Jornal Gazeta Operária (JGO):** Quais serão as consequências desse rompimento em curto, médio e longo prazo? Existe a possibilidade de outros rompimentos?

**Pablo Dias:** Avaliamos que os rompimentos de barragens fazem parte do mecanismo de funcionamento da lógica da mineração em Minas Gerais e no Brasil, que é um modo privatista. Ou seja, as empresas privadas transnacionais da mineração que atuam aqui, elas atuam interessadas no lucro. O meio ambiente, as vidas humanas, a vida da população etc. é secundária diante do lucro. Então todo o processo de fiscalização é secundário, os licenciamentos são todos acelerados, enfim, todos os mecanismos que poderiam inviabilizar ou impossibilitar que crimes como esses voltassem a ocorrer não acontecem. Temos ainda um processo de impunidade diante dos crimes que são cometidos, como o caso de Mariana. O juiz da 12ª vara, responsável pelo caso, a cada dia toma decisões que são sempre favoráveis às mineradoras. O processo criminal até hoje não foi levado a

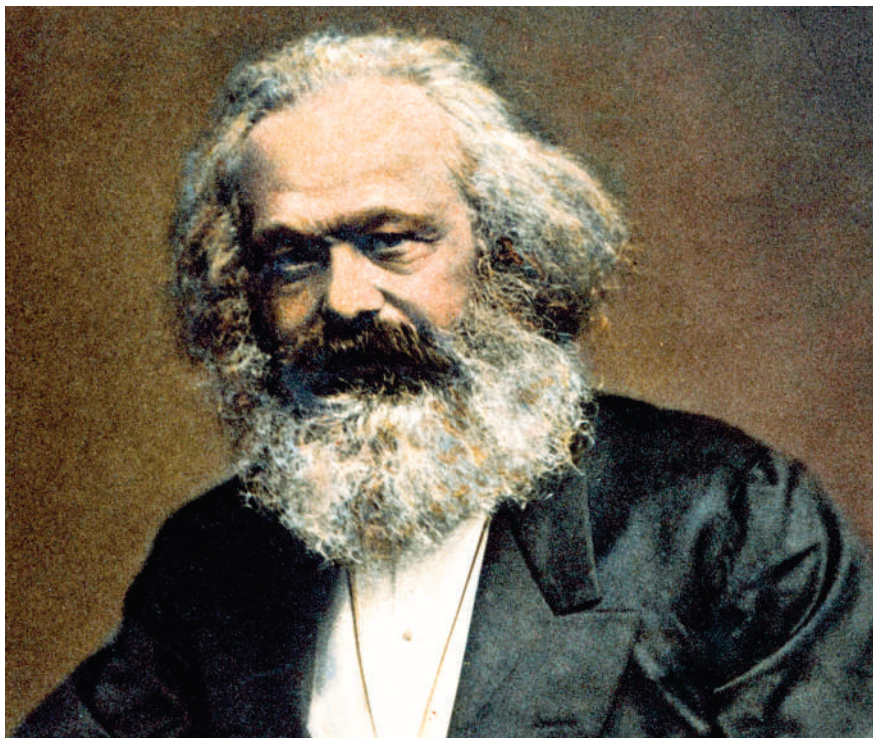
cabo e ninguém foi preso diante do crime da Samarco, em Mariana, no Rio Doce – temos uma série de decisões que são favoráveis às mineradoras e contra a população, contra os direitos. Então, essa impunidade possibilita que novos crimes, como o de Brumadinho, aconteçam. Existem diversas outras barragens em situação de risco. Só aqui em Minas Gerais são mais de 50 barragens em situação de alto grau de risco, com problemas de estrutura etc. Temos indícios profundos que há riscos que novos desabamentos ocorram e, só para ter uma dimensão, no Brasil tem ocorrido praticamente um rompimento por ano desde 2012. Houveram alguns maiores, o de Mariana, em 2015, que foi gritante, esse agora de Brumadinho, mas houveram outros rompimentos de menor porte, com menos vítimas fatais e menor tamanho de impacto, mas têm acontecido e temos denunciado isso em todas as ocasiões.

**Jornal Gazeta Operária (JGO):** Qual o impacto da privatização com os crimes da Vale?

**Pablo Dias:** As privatizações sem dúvida são um elemento fundamental dos crimes que têm acontecido, referente ao rompimento de barragens. Quando uma empresa deixa de atuar vinculada ao interesse de desenvolvimento de um Estado, de uma nação, da população, do meio ambiente e da sociedade, ela sem dúvidas fica passível de cometer crimes como esses. Os acionistas, aqueles que dominam

os rumos, as construções, as prioridades, as velocidades das decisões tomadas, da implementação e construção de abertura de novas minas, construção dessas barragens etc., eles estão sempre interessados nos lucros. Então, quanto menos gastos se tem com a segurança, quanto menos gastos se tem na preocupação com a população, maior a possibilidade de que crimes como esses aconteçam. Os acionistas estão motivados e movimentados a partir do lucro. A partir do momento em que você privatiza, ou coloca uma lógica privatista na administração e na condução das decisões de uma empresa do porte da Vale, você coloca toda a população, todo o meio ambiente e toda a sociedade em risco. Sem contar que essas empresas atuam sistematicamente no judiciário e no legislativo através dos seus Lobistas. Só para se ter uma dimensão, existem na Assembléia legislativa de Minas Gerais e no Congresso Nacional diversos Projetos de Lei, após o crime de Mariana, que foram inviabilizados pelo poder econômico e pela pressão das mineradoras diante do Executivo, Legislativo e, inclusive, do Judiciário. Esses projetos que foram barrados nesses últimos três anos, acompanhamos mais de perto os de Minas Gerais, têm a política de direitos das populações atingidas por barragens, o que faria com que as mineradoras pensassem duas vezes antes de cometer crimes como esses, e tem a política de segurança de barragens, que inviabilizaria a construção de barragens como essas; inviabilizaria a ampliação da mina, como a que foi aprovada e realizada em Brumadinho, e que foi um dos elementos que proporcionou o crime de Brumadinho; ampliaria o poder de fiscalização e de acompanhamento, monitoramento do Estado sobre essas barragens, e colocaria dispositivos, mecanismos e ações de segurança para as populações que vivem abaixo de barragens. Então, tudo isso poderia ter sido evitado se o lobby das mineradoras não tivesse atuado através do seus grandes tentáculos no Estado sobre o Executivo, legislativo e judiciário, sobretudo.

# “Compêndio de O Capital” – parte III



Dando sequência ao estudo sobre o livro “Compêndio de O Capital”, de Carlo Cafiero, publicaremos nesta edição a terceira parte do artigo, referente aos capítulos VI, VII e VIII da obra.

O primeiro debate trata sobre a divisão do trabalho e a manufatura. Nesse ponto, o autor explica que “a manufatura nada mais é do que um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humanos” e que embora ela se baseie sempre na divisão do trabalho, ela tem uma dupla origem: em alguns casos, “reuniu na mesma fábrica os diversos ofícios necessários à produção de uma mercadoria; estes ofícios estavam antes, como todas as atividades artesanais, separados e divididos entre si. Em outros casos, a manufatura dividiu as diferentes operações de um trabalho que antes formavam um todo na produção de uma mercadoria, e juntou-as na mesma fábrica”. A conclusão que se chega, portanto, é que a manufatura “ora reuniu vários ofícios em um só, ora dividiu um mesmo ofício em muitos”.

Assim, afirma Cafiero, “a força e os instrumentos de trabalho foram também multiplicados pela manufatura, mas ela os tornou terrivelmente técnicos e simples porque foram reduzidos a uma única e invariável operação elementar”. O trabalhador não precisa mais passar anos aprendendo um ofício. “Esta diminuição de custos e de tempo é também uma diminuição de coisas necessárias ao trabalhador, ou seja, uma diminuição de tempo de trabalho necessário e um aumento correspondente de sobretrabalho e mais-valia”.

Nas palavras de Marx, “A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir a mais-valia relativa, ou de fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital - é o que

chamam de riqueza nacional. As custas do trabalhador, desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Criam-se novas condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é uma fase necessária na formação econômica da sociedade, é um meio civilizado e refinado de exploração!”.

## Máquina e a grande indústria

Assim como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, “a máquina, na produção capitalista, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho na qual o operário trabalha para si mesmo e, com isso, prolongar a outra parte da jornada de trabalho que ele dá gratuitamente para o capitalista. A máquina é um método de fabricar a mais-valia relativa”.

Com a máquina, os capitalistas podem obter, ao mesmo tempo, uma quantidade infinitamente maior de produtos. Contudo, afirma o autor, “com a introdução da máquina, o capitalista tem imediatamente um enorme lucro (...). Mas com a generalização do sistema de produção mecânica, aquele lucro extra acaba, restando apenas o aumento da produção, que, como resultado geral dessa generalização, diminui o valor das mercadorias necessárias ao trabalhador, o tempo de trabalho necessário e também os salários. O que aumenta é o sobretrabalho e, com ele, a mais-valia”. As máquinas são “o meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho, além de todos os limites naturais”. É o caso, por exemplo, da introdução do trabalho noturno.

Cafiero trata também da disciplina do operário, afirmando que “a subordinação técnica do

trabalhador ao ritmo uniforme da máquina e a composição particular do organismo de trabalho, formado por indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, criam uma férrea disciplina de caserna, que é a do regime da fábrica. Por isso, como já dizíamos, lá na fábrica, o trabalho de supervisão se desenvolve plenamente, dividindo-se os trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores de trabalho, em soldados rasos e em suboficiais do exército da indústria”.

## O salário

Os defensores do sistema capitalista afirmam que o produto, a mercadoria, “é pagamento do trabalho, e a mais-valia é produto do capital”. O autor, entretanto, explica que o trabalho “ou se encontra ainda no trabalhador, ou já existe materializado”. Logo, “é o trabalho, ou é a força, a capacidade de fazer alguma coisa, ou é a coisa mesma já feita. Em suma, o trabalho, ou é a força de trabalho ou é a mercadoria”. Assim, o que o capitalista compra do operário é a sua força de trabalho que, como todas as outras mercadorias, tem um valor de uso e um valor de troca. Cafiero elucida que o valor de uso dessa mercadoria tão singular tem dupla qualidade. Uma é “a de satisfazer uma determinada necessidade; a segunda, é qualidade que somente a ela pertence, que é a de criar valor, e é isso que a distingue de todas as outras mercadorias”.

Logo, “o salário não pode representar outra coisa que não seja o preço da força de trabalho. E a mais-valia não pode ser de modo nenhum produto do capital, porque o capital é matéria morta; a quantidade de valor que o capital põe na mercadoria permanece sempre a mesma. É matéria que não tem vida nenhuma e que, por si só, sem a força do trabalho, jamais existiria. É a força de trabalho, somente ela, que produz mais-valia”.

As duas principais formas de salário são o salário por tempo e o por peça (por produção, empreitada etc.). “O salário por tempo é aquele que é pago por um determinado tempo: uma hora, um dia, uma semana ou um mês etc., de trabalho. O salário nada mais é do que uma forma transformada do preço da força de trabalho. Em lugar de dizer: o operário vendeu sua força de trabalho de um dia por R\$ 100,00, diz-se: o operário foi trabalhar por um salário de R\$ 100,00 por dia”, explica Cafiero.

Dando uma série de exemplos, o autor mostra que uma das leis do modo de produção capitalista é que “quanto menor é o preço da

força de trabalho por tempo (hora, dia, mês etc.), representado no salário, tanto maior é a duração do tempo de trabalho (...). Se o salário é de R\$ 10,00 por hora, em vez de R\$ 12,00, o operário tem que fazer uma jornada de 12 horas, e não de 10, para conseguir os R\$ 12,00 diariamente necessários para a sua sobrevivência. Portanto, se o salário diário é de R\$ 80,00, o trabalhador precisa trabalhar três dias, três jornadas, em vez de duas, para satisfazer as suas necessidades de apenas dois dias”. Como vemos, “a diminuição do salário faz aumentar o trabalho: mas pode acontecer também que o aumento de trabalho faça diminuir o salário. Com a introdução da máquina, por exemplo, o operário passa a produzir o dobro que antes e o capitalista diminui o número de braços. Consequentemente, cresce a oferta de força de trabalho no mercado e os salários caem”.

Já o salário por peça, não passa de modalidades de salário por tempo, que agora aparece transformado em salário por peça. Nesse tipo de salário, afirma Cafiero, “a qualidade do trabalho é controlada pela própria obra, que deve ter a qualidade média exigida. Deste modo, o salário por peça se torna uma fonte inesgotável de pretextos para se fazer descontos sobre o salário do operário”.

Cafiero conclui esse capítulo afirmando que “o salário por peça, forma mais adequada ao regime capitalista, é um dos principais recursos do sistema de pagar o trabalhador por hora, sem que o capitalista se empenhe em ocupá-lo regularmente durante a jornada ou a semana”. Contudo, essa variação de salário, ainda que puramente nominal, provoca uma luta contínua entre o patrão e o trabalhador por vários motivos: seja porque o capitalista cria um pretexto para diminuir realmente o preço do trabalho, seja porque um aumento da produtividade do trabalho acompanha um aumento de sua intensidade, ou porque o operário levando a sério apenas uma aparência criada pelo salário por peça - isto é, que o seu produto e não a sua força de trabalho que está sendo paga -, se revolta contra uma redução de salário, a qual não corresponde a uma redução proporcional nos preços de venda das mercadorias. O capital, justamente com base na natureza do salário, refuta tais reivindicações como grosseiramente errôneas. Ele as qualifica de usurpação, que tendem a barrar o progresso da indústria e conclui, brutalmente, que a produtividade do operário não tem absolutamente nada a ver com o operário”.

# Governo Bolsonaro e a continuidade do retrocesso na cultura



Mesmo sofrendo um enorme esvaziamento político e uma drástica redução orçamentária nos últimos anos, a resistência e permanência do Ministério da Cultura (MinC) foi uma demarcação institucional do campo das artes e da cultura no País. Muito mais do que uma “conquista setorial” dos artistas, produtores, gestores e fazedores de artes e culturas, tal fato representou uma conquista da sociedade e do povo brasileiro como um todo.

A extinção do MinC pelo atual governo, de extrema-direita, mostra muito claramente sua intenção de atacar, controlar e enquadrar a política de ações culturais do País dentro de seus moldes reacionários.

Ao deixar de ser tema de pasta do primeiro escalão na estrutura governamental, as políticas de incentivo à cultura perdem o status e a integridade como um órgão próprio e exclusivo para a gestão e a execução das políticas culturais em parceria com os estados, municípios e com a sociedade civil. A partir de agora, elas ficarão diretamente vinculadas ao Ministério da Cidadania e Ação Social, além de sofrer uma redução significativa nos seus recursos humanos, técnicos e financeiros.

Contrapondo os resultados da área cultural à suposta economia que a redução e extinção desse ministério apresentaria, a contribuição econômica da pasta do setor cultural (contradizendo os comparsas do capitão presidente) gera 2,7% do PIB nacional e mais de um milhão de empregos diretos, englobando mais de 200 mil empresas e instituições públicas e privadas, números muito superiores a diversos outros setores tradicionais da economia brasileira. E a tendência é que esses números continuem em crescimento.

Além de tudo isso, ainda temos a Lei Rouanet, tão injusta e propositalmente atacada pelos direitistas, crentes nas fake-news criadas pela equipe do presidente que representa os fascistas. A tão criticada Lei representa apenas 0,3% do total de renúncia fiscal da União, mas proporciona o incentivo de milhares de projetos artístico-culturais em todo o País, gerando renda e empregos.

## Desmantelamento, descaso e censura

O governo anterior, do golpista Michel Temer, já havia iniciado um processo de ataque ao setor artístico e cultural brasileiro, incentivando movimentos de censura a espetáculos, apresentações, performances e exposições, sempre com o apoio de um poder judiciário tendencioso e de uma parcela reacionária da sociedade, com tendências religiosas radicais e conservadora.

Alguns exemplos desses muitos ataques foram os cancelamentos da exposição Queermuseu, no Rio Grande do Sul, a exposição mais comentada e menos vista em 2017. Acusada de promover pedofilia, zoofilia e de desrespeitar as religiões em suas obras, a mostra virou alvo de insanos e raivosos ataques nas redes sociais, obrigando o seu realizador, em Porto Alegre, o Santander Cultural, a sucumbir às pressões e cancelar a programação.

Pouco tempo depois, vídeos e fotos de “La bête”, uma performance do coreógrafo Wagner Schwartz, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), “viralizaram” na internet. Na obra, o artista manipula uma réplica de uma escultura da série “Bichos”, de Lygia Clark – 1960, e se coloca em cena como o próprio “Bicho”,

composto de dobradiças, permitindo a manipulação pelo público. No vídeo, uma criança, acompanhada da mãe, tocava o pé do artista. De compartilhamento e compartilhamento, somaram-se discursos de preconceito, desinformação e ódio. Schwartz (assim como a mãe da criança) foi ameaçado, acusado de pedofilia e o museu virou alvo de uma maldosa campanha difamatória.

Criou-se então uma onda. Exposições em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro passaram a ser alvo de um patrulhamento moral-religioso. A CPI dos Maus Tratos, no Senado, convocou os “envolvidos” a depor. O prefeito evangélico do Rio, Marcelo Crivella, proibiu o Museu de Arte do Rio (MAR) de receber “Queermuseu”. Não demorou muito para que políticos quisessem proibir o uso da Lei Rouanet para produções de conteúdo semelhante.

Não bastassem esses ataques, o governo golpista de Michel Temer promoveu o desmantelamento e aparelhamento da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), indicando uma nova diretoria com a tarefa de impor um novo planejamento estratégico de gestão que, entre outras medidas, deliberava que as equipes de jornalismo apenas poderiam produzir reportagens sobre atos oficiais do governo.

Na sequência, veio o incêndio que se alastrou pelo Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista (RJ), no dia 2 de setembro do ano passado. A data ficou marcada como o dia em que a cultura do Brasil perdeu uma de suas maiores, mais importantes e antigas fontes históricas. Por volta das 19h, a instituição que comemorava 200 anos acabou por ter sua construção e, maior

parte de seus 20 milhões de artefatos, destruídos pelo fogo. Tal episódio representa fielmente o descaso, a falta de investimentos e de apoio e a total irresponsabilidade na contenção de recursos por parte do governo golpista.

## E o pior ainda está por vir

O governo reacionário, de extrema-direita, que tomou posse no início deste ano é bem mais do que a continuação desses ataques iniciados na gestão anterior. Representa o endurecimento do sistema contra tudo e todos que o podem afrontar e enfrentar. E a cultura brasileira, com certeza, com seus artistas e suas manifestações diversas que nos fazem únicos no mundo, somam forças a essa resistência e oposição.

Os ataques já começaram, vide a exposição na Casa França-Brasil, que incluía uma Performance com crítica à tortura. Ela foi cancelada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro porque incluiria nudez e, segundo o governador, Wilson Witzel, não foi comunicado previamente, configurando descumprimento de contrato. Uma clara demonstração de autoritarismo e censura, com o apoio do judiciário.

A equipe econômica do atual governo, liderada pelo capitalista liberal-privatista, Paulo Guedes, também afirmou que pretende acabar com os patrocínios do chamado Sistema S (SESC, SESI, SENAC, SENAI) para eventos culturais como teatro, música, dança, exposições e outras atividades para se restringir a formação profissional, na intenção de boicotar, censurar e impedir qualquer atividade artística-cultural apoiada por essas instituições.

Este é um período que exige mobilização em defesa das políticas culturais desenvolvidas em todas as esferas que promovem o acesso aos bens e serviços culturais, o fomento às artes, a preservação do patrimônio cultural e a promoção da diversidade cultural brasileira. A cultura é um direito fundamental e constitucional e é essencial à manutenção de uma estrutura que garanta o acesso e a criação cultural para toda a população, sem censura nem controle por parte do governo e da classe dominante.

# Às ruas contra a Reforma da Previdência



A aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional é, sem dúvidas, o desafio mais espinhoso e impopular do novo governo. Tal medida deixa a classe trabalhadora em alerta por caracterizar explicitamente as perdas nos direitos relativos à aposentadoria, algo que os trabalhadores vivenciaram amargamente em reformas passadas. Em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) criou o fator previdenciário, que prejudicou os novos ingressantes no mercado de trabalho e alterou as regras da aposentadoria (que antes era por tempo de serviço e passou a ser por tempo de contribuição) em desfavor dos trabalhadores. Em 2003, a reforma aprovada pelo governo de Lula (PT) passou a atingir quem já estava trabalhando, com fixação de idade mínima e taxaço dos servidores inativos. No entanto, Lula elevou em 30% o teto dos benefícios do INSS e implementou uma nova política de reajuste do salário mínimo, o que permitiu ganhos reais aos trabalhadores.

Hoje, com a intenção de esfolar ainda mais os trabalhadores, a burguesia em crise faz pressão para que a nova "Reforma" acabe com as poucas garantias que a população ainda tem. Os defensores da atual Reforma, em tramitação no Congresso, não se cansam de apresentar inúmeras análises de "especialistas", porta-vozes dos interesses privados, em favor de um ajuste fiscal que "sanaria" as contas públicas. Mas não conseguem convencer a classe trabalhadora da "justa" necessidade dessa Reforma ao esconderem que o problema da previdência não se deve às aposentadorias dos servidores públicos, mas ao que ela deixa de

arrecadar por conta de anistias, sonegações e desvios feitos sob leis e decretos para beneficiar as grandes empresas.

## Os mais afetados pelo desmonte da previdência pública

Um ponto crucial da Reforma é o aumento da idade mínima para se aposentar, que iria para 65 anos, tanto para homens quanto para as mulheres (podendo se definir a idade de 63 anos para o sexo feminino) e do tempo mínimo de contribuição, que passará de 15 para 25 anos. O impacto dessa mudança afetará os trabalhadores mais pobres, empregados em atividades insalubres e sem direito aos cuidados com a saúde, em especial as mulheres que estão em situação de desvantagem no mercado de trabalho, devido à dupla jornada e toda a opressão que as impede de disputar vagas no mercado formal em pé de igualdade com os homens. Alcançar 25 anos de trabalho é muito difícil para a maioria das trabalhadoras que estão na informalidade, submetidas ao trabalho intermitente. De acordo com a representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Joana Mostafa, em entrevista ao site Carta Capital, foi realizado um cálculo cuja conclusão é a de que, "no futuro, 47,3% das mulheres não vão alcançar os 25 anos de contribuição. Para os homens que também sofrem com o trabalho precário e intermitente, esse percentual será de 30%".

De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Brasil, metade dos trabalhadores que se

aposenta por idade tem histórico profissional marcado por rotatividade, inatividade ou trabalham em profissões que afetam duramente sua saúde. Na verdade, o aumento da idade e do tempo de contribuição, juntamente com os efeitos da Reforma Trabalhista, que reforça o trabalho intermitente, irá condenar os trabalhadores a não se aposentarem nunca.

## Governo pretende desmontar todo o sistema de seguridade social

O modelo de previdência que o governo Bolsonaro quer implementar, copiado do Chile, tem por objetivo favorecer bancos privados, criando um fundo de capitalização cujas contas serão recebidas pelos mesmos. Os trabalhadores vão se aposentar com um valor inferior ao salário mínimo, terão que contribuir por mais tempo e serão os bancos, seguradoras e até fundos de pensão de estatais que irão administrar - da forma como acharem melhor - a poupança individual dos contribuintes.

Mas o problema da Reforma da Previdência vai além da aposentadoria. O sistema de seguridade, que garante ao trabalhador auxílio doença, pensão por morte à esposa e filhos, será desmontado. A pensão por morte, por exemplo, será ainda mais restrita. A base será 50% do benefício e 10% para cada um dos dependentes, ou seja, uma viúva só conseguirá 100% do valor de pensão se tiver quatro filhos. Quando os filhos atingirem a maioridade, ela terá apenas 60% desse valor.

## Não dá pra esperar. A luta deve ser agora!

Apesar da crise nos primeiros dias do governo Bolsonaro, o mesmo alcançou uma conquista no Congresso Nacional com a eleição de César Maia (DEM) que contou, inclusive, com o apoio declarado do bloco de "centro" (do qual fazem parte PDT e PCdoB) e com o apoio implícito de setores do bloco de oposição, que não se unificou em torno de um nome. O mesmo aconteceu no Senado, com a eleição de Davi Acolumbre (DEM).

Com todas as evidências de que a aprovação da Reforma da Previdência pode ocorrer mesmo no cenário de crise política do governo, os partidos de esquerda que formam o "bloco de oposição" atuam na perspectiva de uma "política pragmática" de barganhar concessões com a burguesia, quando esta já deu todos os sinais possíveis de que não haverá permuta nenhuma que possa favorecer os trabalhadores.

A luta contra a Reforma da Previdência tem apoio da classe operária. A grande adesão à Greve Geral de abril de 2017 deu comprovações da disponibilidade de luta da população. Contudo, a resposta das organizações, sindicatos, centrais e partidos de esquerda foi de conter as massas para, a partir daí, focar suas ações nas eleições de 2018. Porém, quase nada foi organizado em nome da mobilização das massas desde 2017.

Neste ano, as centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, Intersindical, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas e CSB) realizarão no dia 20 de fevereiro, uma Plenária Nacional em defesa da aposentadoria e da Previdência, com o objetivo de definir um plano de lutas unitário e uma agenda de mobilização, com assembleias de trabalhadores e plenárias estaduais, para organizar a resistência da classe trabalhadora. Sem dúvidas, um calendário bastante reticente diante à urgência da luta.

Nesse sentido, é preciso fortalecer iniciativas que pressionem as burocracias sindicais paralisadas a agirem com mais vigor. Um exemplo foi a Plenária Intercategorias, iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas Gerais (SINTECT-MG) e da Luta Pelo Socialismo (LPS) que teve sua etapa estadual em 19 de janeiro, em Belo Horizonte (MG), e a nacional, no dia 02 de fevereiro, em Brasília-DF, convocada também pela Federação dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT), com objetivo de unificar todos os movimentos pela base, sejam eles operário, estudantil, sociais, culturais, tirando uma pauta mínima e uma agenda de mobilizações unificada. Apenas a unidade na luta real dos trabalhadores, nas ruas, pode barrar o avanço da direita.

## Governo de MG corta medicação de doenças graves

No último dia 31, representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sind-Saúde), Conselho Municipal de Saúde e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) compareceram à cidade administrativa de Belo Horizonte para um ato em defesa da farmácia pública do SUS.

De acordo com o Conselho Regional de Saúde, as farmácias municipais, responsáveis por distribuir remédios imunossupressores para pacientes com câncer, mal de Alzheimer, mal de Parkinson e outras doenças graves, estão sem remédios e sem previsão de recebê-los. Isso porque o governo do estado interrompeu o

fornecimento dos medicamentos desde o início do ano, alegando irregularidades nos contratos.

O resultado dessa política é que vários pacientes do SUS, que dependem dos remédios, seguem sem as medicações, correndo risco de que as doenças avancem rapidamente para quadros mais graves, podendo eventualmente chegar ao óbito. Cortar o fornecimento de tais medicações significa desassistir a população carente, que não terão condições de pagar para ter acesso aos remédios. Só para se ter ideia, em alguns casos eles chegam a custar R\$2 mil.

Diante desse verdadeiro crime, dezenas de manifestantes, carregando faixas e cartazes e

gritando palavras de ordem, tentaram uma reunião com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO), pedido que não foi atendido. Apenas a presidenta do Conselho Municipal de Saúde, Carla Anunciatta, conseguiu ser recebida e protocolou um pedido ao governador e ao secretário de saúde do estado, Wagner Eduardo Ferreira, para que a situação fosse regulamentada e que, durante esse período, o fornecimento não fosse interrompido.

Devido à pressão dos trabalhadores, logo após o ato, representantes do Sindibel, Sind-Saúde, do Conselho e pacientes foram recebidos pelo representante da Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde, Márcilio

Dias Magalhães, e pela Superintendência de Assistência Farmacêutica, na pessoa de Grazielle Dias da Silva. No encontro, foram discutidas ações do estado perante o problema, mas ele segue sem solução até o momento.

O que está acontecendo em Minas é apenas uma amostra da realidade de todo o Brasil, reflexo da política de privatização da saúde. O Estado não deve e não pode retirar da população um direito tão elementar. As farmácias populares e o SUS são direitos de todos, garantidos, inclusive, pela Constituição. Eles devem ser respeitados por todo e qualquer governo. Devemos nos manter na luta pelos nossos direitos, saúde e vida.